

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL
DAS IPSS EM PORTUGAL: CENTRAL DE
BALANÇOS (2016, 2017 E 2018)

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL
DAS IPSS EM PORTUGAL: CENTRAL DE
BALANÇOS (2016, 2017 E 2018)

ESTUDO ELABORADO PARA A CNIS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE
AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES
RENATO E. MELLO OLIVEIRA

Estudo elaborado para a CNIS
– Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade
no âmbito da Candidatura
N.º POISE-03-4639-FSE-000286

Américo M. S. Carvalho Mendes
Renato E. Melo Oliveira
JULHO 2020

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL,
DAS IPSS EM PORTUGAL: CENTRAL DE
BALANÇOS (2016, 2017 E 2018)

EDIÇÃO
JULHO 2020

AUTORES
AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES
RENATO E. MELO OLIVEIRA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
ORGAL IMPRESSORES

DESIGN
STUDIO EDUARDO AIRES

TIRAGEM
1500 EXEMPLARES

ISBN
978-989-33-0777-9

DEPÓSITO LEGAL
47328/20

1	PRINCIPAIS RESULTADOS	14	4	ESTUDO ESPECIAL	
2	ÂMBITO		4.1	Peso relativo do emprego das IPSS no emprego total de cada concelho em 1992, 2004 e 2012	65
	2.1 Semelhanças e diferenças relativamente ao estudo de 2018	23	5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
	2.2 Representatividade da amostra de IPSS	25	6	ANEXOS	
	2.3 Aspetos metodológicos	27	6.1	Estrutura dos rendimentos e dos gastos das IPSS deste estudo, por distritos e Regiões Autónomas, em 2016, 2017 e 2018	79
3	CENTRAL DE BALANÇOS (2016, 2017 E 2018)		6.2	Estrutura dos rendimentos e dos gastos das IPSS deste estudo, por formas jurídicas, em 2016, 2017 e 2018	101
	3.1 Resultados líquidos, resultados operacionais e indicadores de risco	31			
	3.2 Estrutura dos rendimentos	35			
	3.3 Estrutura dos gastos e “Enfermidade de Baumol”	39			
	3.4 Estrutura financeira, financiamento e rendibilidade do capital próprio	47			



As Instituições de Solidariedade Social são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, encontram-se dispersas por todo o país e, durante séculos, foram a instância fundamental de proteção social. No entanto, sobretudo a partir do século xx, com o advento da previdência e, depois, da segurança social, evoluíram para um papel diferente, mantendo e até aumentando, as suas atividades. A mudança traduziu-se, em especial, no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela proteção social, mediante a consagração de direitos e a prestação de serviços diversos.

Para esta prestação, o Estado recorreu à participação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), regulando a sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento. Daí resultou um estatuto que, parecendo ambíguo, foi criativo para o desenvolvimento da ação social: as instituições “sentiram-se” contratadas pelo Estado para a prestação de serviços que a este competiam e, ao mesmo tempo, procuraram manter a sua identidade própria, radicada na sociedade civil, independentemente do papel do Estado.

Esta evolução originou três conceções acerca da missão das IPSS: a estatizante, a de autorresponsabilização e a de cooperação. A primeira considera o Estado como o responsável pela ação social que pode, e talvez deva concessionar no todo ou em parte, às IPSS e a outras entidades. Nesta conceção, as instituições configuram-se como prestadoras de serviços ao Estado e, em simultâneo, aos utentes. Na conceção de autorresponsabilização, as instituições consideram-se emanação da sociedade civil e, por isso, vinculadas diretamente à solução dos respetivos problemas sociais. Porém, desde as fases mais antigas da sua história, sempre se verificou a comparticipação dos poderes públicos, no

pressuposto de que também eram corresponsáveis por esta dimensão fundamental do bem comum. A terceira conceção — cooperação — corresponde à síntese das outras duas: as instituições estão comprometidas, até identificadas, com os mais vulneráveis, prestam-lhes as ajudas possíveis, com os seus próprios meios, requerem a intervenção subsidiária do Estado e assumem-no como corresponsável e regulador. Neste entendimento, as instituições não se posicionam face ao Estado, fundamentalmente na defesa da sua viabilidade, mas sim a favor das pessoas que mais necessitam. Assim, com estas mesmas pessoas e as suas famílias, com o Estado, com as comunidades locais e com outras entidades, procuram as melhores soluções possíveis.

Crê-se ser legítimo afirmar que, ao longo da nossa história social, prevaleceu a terceira conceção, isto é, a cooperação, não só com o Estado, mas também com outras entidades, mau grado as oscilações pontuais tanto para a primeira como para a segunda conceção, sendo muito difundida entre as IPSS, a convicção de que, mesmo que o Estado fosse ilimitado em recursos financeiros, continuava a ser indispensável a sua existência, ainda que com uma configuração diferente. Elas estariam capilarmente inseridas, como estão, no tecido social e desenvolveriam, pelo menos, as seguintes atividades: atenção a cada caso ou problema social; prestação direta e imediata das primeiras ajudas; mediação junto de entidades responsáveis pelas soluções adequadas; e acompanhamento de cada caso ou problema até à respetiva solução.

Mas, numa situação de recursos escassíssimos, é perfeitamente razoável que as IPSS tenham sofrido a evolução que a história e a realidade atual patenteiam. Note-se que a escassez de recursos não é novidade ou uma consequência das crises económicas, bem pelo contrário, acompanhou toda a história destas Instituições. Contudo, mesmo assim, estas foram cada vez mais chamadas a intervir e demonstraram

capacidade para responder às inúmeras, complexas e exigentes solicitações.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social — legitimadas pelo art.º 46 da Constituição Portuguesa, que define o direito da livre associação dos cidadãos — são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público (Estatuto das IPSS, Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro).

Pautando a sua atuação pelos princípios orientadores definidos na Lei de Bases da Economia da Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) — o primado das pessoas; a liberdade de associação; o controlo democrático; a conciliação de interesses; o respeito pelos valores da solidariedade; a autonomia de gestão e a afetação de excedentes ao setor — e assumindo um papel fundamental na prevenção, na prestação de bens e serviços aos utentes e à comunidade, contribuem para a promoção e desenvolvimento das pessoas e dos espaços.

Independentemente da sua natureza jurídica, dos motivos que levaram à sua constituição e dos fins que prosseguem, as IPSS atuam com base num quadro de valores comuns, sendo a sua ação consubstanciada pela inter-relação entre: diversidade, inclusão, participação, perseverança, proximidade, solidariedade e subsidiariedade. A dimensão humana, de cidadania, de utilidade social e económica, bem como a capilaridade territorial e a proximidade às pessoas, aliada à capacidade agregadora de interesses diversos, de espírito empreendedor, de inovação e mobilização estão na especificidade das Instituições. São estas características que fazem com que cada instituição seja um agente preponderante para o crescimento económico e sustentado, estando ao serviço das pessoas e

comunidades, adequando as respostas às suas necessidades e expectativas.

De acordo com o último relatório da Carta Social (2018), 71,3% do número total de entidades proprietárias da rede de serviços de equipamentos sociais eram não lucrativas, sendo a grande maioria delas (61,3%) entidades do Setor Social e Solidário (IPSS, equiparadas e outras organizações particulares sem fins lucrativos), cabendo ao setor público 9,92% e aos serviços sociais de empresas 0,1%. Em conjunto, as entidades não lucrativas da rede solidária e pública eram responsáveis por 83% dos 11.500 equipamentos sociais em funcionamento, o que confirma a importância destes setores no âmbito da proteção social às populações. Um apuramento dos dados da Carta Social relativos a 2017 demonstra a relevância do Setor Social e Solidário no sistema de proteção social ao evidenciar, por exemplo, que as IPSS tinham equipamentos para crianças e pessoas idosas em 70,8% do número total de freguesias do Continente, sendo as únicas entidades com estas respostas em 27,2% das freguesias.

Estes números demonstram a capilaridade e proximidade das Instituições e fortalecem a importância da Solidariedade, assente na responsabilidade recíproca entre os elementos de uma comunidade, reforçando os laços sociais que os unem em prol do bem comum na realização das finalidades da cooperação: uma resposta equilibrada aos problemas sociais, assente na complementaridade entre a responsabilidade do Estado e a iniciativa da sociedade civil, traduzida num compromisso entre o Estado e as instituições na adoção de decisões que garantam uma proteção social adequada, eficaz e próxima dos cidadãos, atendendo ao respetivo nível de intervenção. Sempre numa perspetiva de equilíbrio e respeito pela autonomia e identidade das Instituições e na aceitação de que, salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável, exercem as suas atividades por direito próprio e inspiradas

no respetivo quadro axiológico, previsto, já em 1996 no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. A lei assegura a liberdade e a autonomia das instituições e estabelece que a cooperação entre o Estado e o Setor Social e Solidário consiste na relação de parceria e lealdade, com o objetivo de desenvolver um modelo de contratualização assente na partilha de objetivos e interesses comuns, bem como de repartição de obrigações e responsabilidades (Decreto-Lei n.º 120/2015, 30 de junho).

O Setor Social e Solidário está, portanto, implantado, organizado e solidificado, sendo constituído por associações cooperativas e fundações de solidariedade social, casas do povo, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa, irmandades da misericórdia e mutualidades, com respostas para o acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, cantinas sociais, casas abrigo, centros de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres, creches, cuidados continuados integrados, infantários, lares de infância, juventude ou pessoas idosas, serviços de apoio domiciliário, entre muitas outras respostas.

Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal a CNIS assegurou o cofinanciamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Portugal 2020, e confiou o estudo à Equipa da ATES — Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu sob a coordenação do Professor Doutor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes e a assessoria da Dra. Palmira dos Santos Macedo.

Já foi publicado em dezembro de 2018 um primeiro estudo, com base nas contas do exercício de 2016 de 565 IPSS e equiparadas. Esta amostra corresponde a 10% do número total destas instituições existentes no país. A distribuição destas 565 instituições por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas é a mesma que para o total nacional destas instituições. O presente estudo atualiza para os exercícios de 2017 e 2018 a Central de Balanços constituída nesse primeiro estudo, acrescentando-lhe uma análise do importante contributo que as IPSS dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior.

Com as mesmas Equipa, Coordenação e Assessoria, mas futuramente com o apoio da Fundação La Caixa, a CNIS continuará a analisar periodicamente a evolução da Importância Económica e Social das IPSS em Portugal, atualizando esta Central de Balanços e acrescentando-lhe análises de mais elementos da relevância destas organizações.

LINO MAIA

1

PRINCIPAIS RESULTADOS

Este trabalho atualiza para 2017 e 2018 a Central de Balanços das IPSS lançada no estudo publicado pela CNIS em 2018 (Mendes, 2018) sobre a importância económica e social destas organizações, com base numa amostra de 565 IPSS¹ que representam 10% do número total de IPSS e cerca de um quinto do total do VAB gerado por estas organizações.

Este trabalho também acrescenta a esse estudo relativo a 2016 a análise de mais uma componente da importância económica e social das IPSS, mais precisamente o importante contributo que dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior.

Quanto aos dados que constituem a Central de Balanços que agora se referem a 2016, 2017 e 2018, os principais resultados deste trabalho são os seguintes:

- cerca de dois quintos do número total de IPSS têm resultados líquidos negativos e cerca de um quinto tem resultados operacionais negativos, predominando neste grupo de risco as IPSS que são reincidentes neste tipo de resultados;
- na estrutura dos rendimentos das IPSS observou-se uma tendência para a diminuição do peso relativo das participações da Segurança Social e de um aumento do peso relativo das mensalidades pagas pelos utentes;
- quanto aos gastos, providenciam-se aqui indicadores que apontam no sentido da existência da “Enfermidade de Baumol” que leva ao encarecimento dos bens e serviços produzidos pelas IPSS relativamente aos que são produzidos no resto da economia;
- no que se refere à estrutura financeira, mantém-se para 2017 e 2018, o que já se tinha observado para 2016, a saber, **bons rácios de liquidez e de solvabilidade e taxas de endividamento muito menores** do que nas empresas não financeiras;

¹ Aqui e no resto do texto o termo IPSS refere-se não só às IPSS propriamente ditas (Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais Paroquiais, Institutos de Organizações Religiosas e Misericórdias), mas também às organizações equiparadas a IPSS (Cooperativas de Responsabilidade Social) e Casas do Povo).

■ tal como seria de esperar, também se mantém, em 2017 e 2018, a situação observada para 2016 de uma **taxa de rentabilidade dos capitais próprios menor** do que nas empresas não financeiras devido às mesmas razões referidas no estudo relativo a 2016, a saber, uma menor taxa de endividamento, menor taxa de rotação do ativo, maior peso das amortizações e menor rentabilidade operacional do volume de negócios.

2

ÂMBITO

2.1 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS RELATIVAMENTE AO ESTUDO DE 2018

Este trabalho **atualiza** para 2017 e 2018 o estudo publicado em 2018 com o título “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” (Mendes, 2018) na parte do mesmo que corresponde à Central de Balanços, ou seja, os capítulos relativos aos indicadores económicos financeiros construídos com base nas contas de 2016 de uma amostra de 565 IPSS.

Este trabalho também **completa e melhora alguns desses dados relativos a 2016**, mantendo a mesma amostra de IPSS. Com esta estabilidade da amostra é possível começar a construir uma série temporal dos valores e dos indicadores da Central de Balanços da IPSS, em vez de informação para apenas um ano como foi o caso do estudo anterior. Para já esta série ainda é só para três anos, mas, mesmo assim, já há algumas **evoluções com interesse que começam a poder ser observadas, nomeadamente no que se refere à estrutura dos rendimentos das IPSS.**

Ainda no que se refere à análise dos dados económicos e financeiros das 565 IPSS deste estudo, além dos indicadores incluídos no trabalho relativo a 2016, neste aqui desenvolve-se a análise dos dois pontos seguintes:

- detalha-se o estudo das IPSS com **resultados operacionais negativos** que foram cerca de um quinto em 2016 para saber se a ordem de grandeza desta percentagem persistiu em 2017 e 2018 e se predominaram neste grupo as IPSS que reincidiram neste tipo de resultados;
- com a recolha de dados sobre o emprego e as remunerações nas IPSS deste estudo para 2017 e 2018, tornou-se possível apresentar evidência empírica relativa a todas as componentes do problema da “**Enfermidade de Baumol**” (Baumol & Bowen, 1965, 1966) para o qual o estudo relativo a 2016 chamou a atenção como sendo um dos fatores que mais impactos tem na sustentabilidade económica das IPSS.

Não se repetem aqui os estudos especiais incluídos no trabalho relativo a 2016 baseados em informação e em amostras diferentes das utilizadas para a Central de Balanços, mais precisamente os estudos sobre a distribuição por freguesias do Continente dos equipamentos sociais das IPSS, o cálculo de multiplicadores de rendimento local, a quantidade e o valor do trabalho voluntário mobilizado por estas organizações e as comparações internacionais.

Dito isto, mantém-se aqui a prática de enriquecer os indicadores da Central de Balanços com estudos especiais que recorrem a outros dados, além dos das contas das IPSS, que analisam aspetos relevantes da importância económica e social destas organizações. Desta vez estudou-se o **peso relativo do emprego das IPSS no emprego total dos concelhos** onde estão instaladas. Como se irá ver no capítulo dedicado a este assunto, evidenciou-se desta forma mais um contributo muito importante das IPSS para o **combate contra as disparidades territoriais**. Recorde-se que o contributo das IPSS para atenuar este problema já tinha sido abordado no estudo relativo a 2016 no capítulo sobre a distribuição espacial dos equipamentos das IPSS.

28

2.2 REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA DE IPSS

Com os dados adicionais sobre as 565 IPSS deste estudo que foi possível recolher depois da publicação do estudo relativo a 2016 e com a nova edição da Conta Satélite da Economia Social publicada em 2019 com dados referentes a 2016, é possível apresentar uma nova versão do quadro de indicadores do peso económico relativo das IPSS deste estudo no total das IPSS.

29

Como se pode ver na Tabela N.º 1, as 565 IPSS deste estudo representam um **décimo do número total** de IPSS e cerca de um **quinto do total do Valor Acrescentado Bruto** das IPSS.

TABELA N.º 1 Indicadores sobre o peso económico relativo das IPSS deste estudo no total das IPSS em 2016 (valores em euros)

	N.º DE IPSS	PRODUÇÃO	CONSUMOS INTERMÉDIOS	VALOR ACRESCENTADO BRUTO
1. IPSS deste estudo	565	615 696 367	204 124 662	411 571 704
2. Total das IPSS	5 622	3 443 000 000	1 314 300 000	2 128 600 000
1/2	10,05%	17,88%	15,53%	19,34%

FONTES Os dados sobre o total das IPSS vêm dos quadros estatísticos em Excel disponibilizados pelo INE relativos à edição de 2019 da Conta Satélite da Economia Social (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdestboui=379957751&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

2.3 ASPETOS METODOLÓGICOS

Como a parte deste trabalho que corresponde à Central de Balanços só atualiza para 2017 e 2018 o que foi feito no estudo anterior para 2016, mantendo a mesma amostra de organizações desse trabalho anterior e a mesma metodologia, dispensa-se aqui a apresentação desta última.

O que há a referir de novo em termos de fontes de informação e de aspetos metodológicos tem que ver com o estudo especial sobre o peso relativo do emprego nas IPSS no emprego total por concelhos. Isso será feito no capítulo dedicado a este tema.

3

CENTRAL DE
BALANÇOS
(2016, 2017 E 2018)

3.1 RESULTADOS LÍQUIDOS, RESULTADOS OPERACIONAIS E INDICADORES DE RISCO

No estudo relativo a 2016 mostrou-se que um pouco mais de dois quintos (42,12%) das 565 IPSS da amostra aqui utilizada tiveram resultados líquidos negativos e que um pouco menos de um quinto (18,76%) teve resultados operacionais também negativos.

Como esta análise foi só para um ano, ficou a dúvida sobre se isto é, ou não, uma situação estrutural.

Com dados agora disponíveis para três exercícios consecutivos e para a mesma amostra de IPSS, tudo aponta no sentido de se tratar de uma situação estrutural:

- a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos foi de 42,12% em 2016, 39,82% em 2017 e 44,10% em 2018;
- a percentagem de IPSS com resultados operacionais negativos (resultados antes de juros, impostos e depreciações e amortizações, ou EBITDA²) foi de 18,76% em 2016, 16,46% em 2017 e 21,78% em 2018;
- das 551 IPSS para as quais foi possível obter dados sobre os resultados operacionais para os três exercícios, 83 (15,06%) tiveram resultados operacionais negativos nos três, ou em dois desses exercícios;
- um pouco mais de metade das IPSS que tiveram resultados operacionais negativos só num desses três exercícios, tiveram-nos no último exercício, ficando a dúvida, para esclarecer em futuras edições deste trabalho, sobre se isso é ou não indício de inversão para uma tendência negativa destes resultados.

² EBITDA: iniciais da designação em Inglês "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization".

TABELA N.º 2 Distribuição das IPSS deste estudo por sinal dos resultados líquidos e dos resultados operacionais em 2016

Positivos ou nulos		Resultados antes de juros, impostos e depreciações e amortizações (EBITDA)		
		Negativos	Total	
Resultados líquidos	Positivos ou nulos	324	3	327
	Negativos	135	103	238 (42,12%)
	Total	459	106 (18,76%)	565

TABELA N.º 3 Distribuição das IPSS deste estudo por sinal dos resultados líquidos e dos resultados operacionais em 2017

Positivos ou nulos		Resultados antes de juros, impostos e depreciações e amortizações (EBITDA)		
		Negativos	Total	
Resultados líquidos	Positivos ou nulos	339	1	340
	Negativos	133	92	225 (39,82%)
	Total	472	93 (16,46%)	565

TABELA N.º 4 Distribuição das IPSS deste estudo por sinal dos resultados líquidos e dos resultados operacionais em 2018

Positivos ou nulos		Resultados antes de juros, impostos e depreciações e amortizações (EBITDA)		
		Negativos	Total	
Resultados líquidos	Positivos ou nulos	307	1	308
	Negativos	124	119	243 (44,10%)
	Total	431	120 (21,78%)	551

TABELA N.º 5 Distribuição do número de IPSS deste estudo com, pelo menos, um ano de resultados operacionais negativos (EBITDA) no período de 2016 a 2018, por tipos de transições destes resultados

Tipos de transições (sinal do EBITDA por exercício)	N.º de IPSS
Negativo em 2016 / Negativo em 2017 / Negativo em 2018	33
Negativo em 2016 / Negativo em 2017 / Positivo em 2018	20
Positivo em 2016 / Negativo em 2017 / Negativo em 2018	16
Negativo em 2016 / Positivo em 2016 / Negativo em 2018	14
Positivo em 2016 / Positivo em 2017 / Negativo em 2018	55
Negativo em 2016 / Positivo em 2017 / Positivo em 2018	34
Positivo em 2016 / Negativo em 2017 / Positivo em 2018	18
	190

Para terminar sobre este assunto, vale a pena fazer a comparação dos indicadores aqui em questão entre o que se passa nas IPSS e o que se passa nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social³ e no conjunto das empresas não financeiras, usando para estas entidades e empresas os dados produzidos pela Central de Balanços do Banco de Portugal.

Essa comparação é apresentada na Tabela n.º 6. Como aí se pode observar, para os três anos aqui em análise verifica-se o seguinte:

- as percentagens de IPSS com EBITDA negativo é menor nas IPSS do que nas entidades lucrativas prestadoras de serviços sociais e no conjunto das empresas não financeiras;
- quanto à percentagem de organizações com resultados líquidos negativos verifica-se a situação inversa.

No caso das comparações entre, por um lado, as IPSS e, por outro, as entidades lucrativas prestadoras de serviços sociais sem alojamento e o conjunto das empresas não financeiras, têm influência nestas diferenças as amortizações que pesam relativamente mais nos gastos das IPSS do que nos gastos dos dois grupos de empresas atrás referidos.

³ Para estas organizações adota-se aqui a mesma designação do que na Carta Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2019).

TABELA N.º 6 Percentagem de IPSS deste estudo, de entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social e de empresas não financeiras com resultados líquidos e resultados operacionais negativos em 2016, 2017 e 2018⁴

	Anos	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
			Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social c/ alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social s/ alojamento)
N.º de organizações	2016	565	424 083	1199	882
	2017	565	435 523	1229	887
	2018	551	448 864	1248	883
Resultados operacionais negativos (EBITDA<0)	2016	18,76%	31,32%	29,52%	34,01%
	2017	16,46%	30,34%	27,75%	32,58%
	2018	21,78%	30,76%	28,93%	30,92%
Resultados líquidos negativos	2016	42,12%	37,46%	37,70%	40,82%
	2017	39,82%	36,26%	35,31%	38,90%
	2018	44,10%	36,71%	37,34%	36,58%

⁴ Aqui e no resto do texto, a fonte para os dados sobre as empresas não financeiras é a Central de Balanços do Banco de Portugal (Quadros do Setor) – (<https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>). Os dados sobre as empresas das classes da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento) e 88 (atividades de apoio social sem alojamento) são uma aproximação ao que se passa no setor social dito lucrativo, se se tiver em conta que mais de 80% dessas empresas são sociedades por quotas, sendo, por isso, pequena a percentagem das que têm os estatutos jurídicos próprios das IPSS.

3.2 ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS

No estudo publicado em 2018, apresentou-se a estrutura dos rendimentos e dos gastos da amostra das 565 IPSS deste estudo com desagregação das respetivas rubricas que vai além da que vem na forma como muitas destas organizações apresentam as suas contas.

Assim, no caso da estrutura dos rendimentos, esse estudo permitiu saber, para 2016, o peso relativo de cada uma das seguintes componentes:

- pagamentos dos utentes (“mensalidades”);
- financiamentos da Segurança Social;
- financiamentos doutras entidades da Administração Central;
- financiamentos das Autarquias Locais;
- contribuições voluntárias de pessoas individuais ou coletivas privadas.

Com dados agora disponíveis para três exercícios consecutivos, observa-se uma **diminuição continuada do peso relativo das participações da Segurança Social, acompanhada de um aumento também continuado do peso relativo das mensalidades.**

Os próximos anos confirmarão se estamos, ou não em presença de uma tendência clara de substituição das participações da Segurança Social cujo peso relativo nos rendimentos das IPSS está a diminuir por um aumento do peso relativo dos valores pagos pelos utentes como forma das IPSS conseguirem assim a sua sustentabilidade económica.

Esta evolução também pode revelar dificuldades das IPSS para conseguirem um aumento do peso relativo doutras possíveis fontes de rendimento, nomeadamente os financiamentos de autarquias locais e doutras entidades públicas, as contribuições voluntárias de pessoas individuais e coletivas privadas, os rendimentos da propriedade e outros rendimentos próprios das IPSS.

TABELA N.º 7 Principais componentes da estrutura dos rendimentos das IPSS deste estudo

	2016	2017	2018
N.º de IPSS da amostra	553	553	518
Mensalidades	31,64%	32,76%	32,94%
Comparticipações da Segurança Social	38,94%	38,59%	37,84%
Subsídios à exploração de autarquias locais	0,82%	1,06%	0,98%
Subsídios à exploração doutras entidades públicas	6,61%	6,39%	6,44%
Contribuições voluntárias de pessoas individuais e coletivas privadas (subsídios à exploração, doações, legados e donativos)	3,00%	2,76%	3,32%
Outros rendimentos	18,99%	18,44%	18,52%

GRÁFICO N.º 1 Principais componentes da estrutura dos rendimentos das IPSS deste estudo

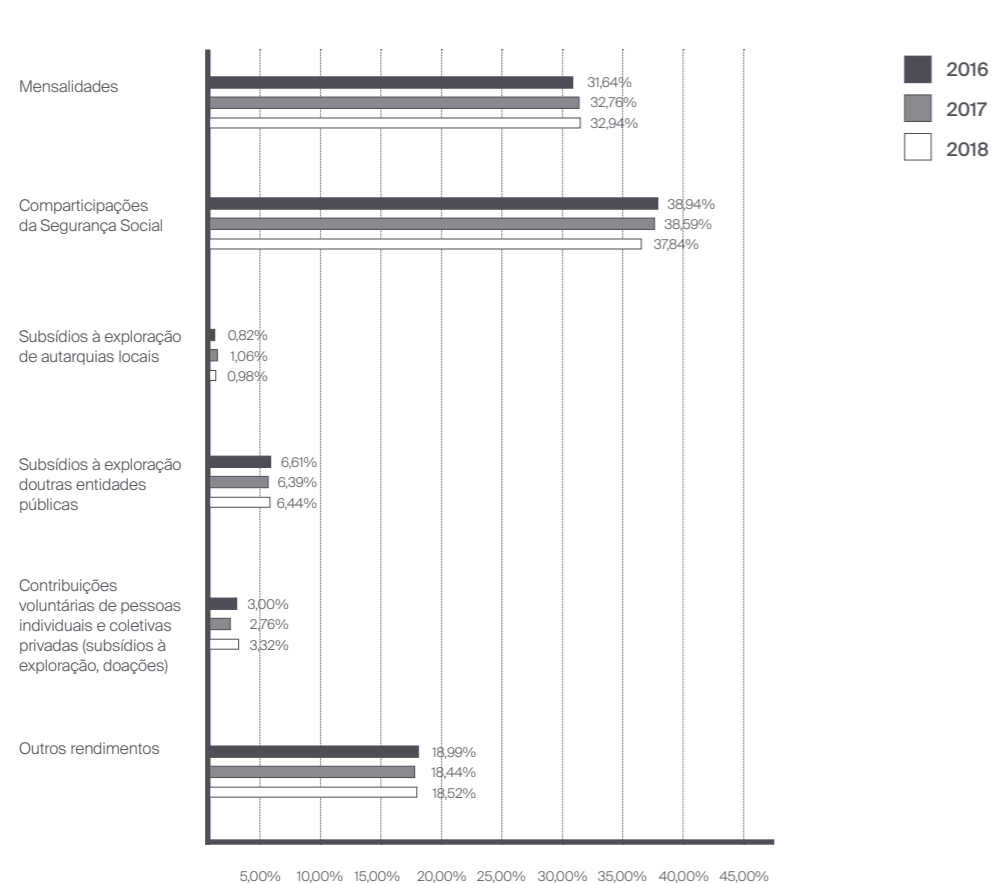


TABELA N.º 8 Estrutura dos rendimentos e dos gastos das IPSS deste estudo em 2016, 2017 e 2018

Ano		2016	2017	2018				
N.º de IPSS		565	553	565	553	548	518	
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	41,42%	41,48%	41,74%	41,96%	42,22%	42,30%
		Vendas		2,31%		2,36%		3,56%
	Prestações de serviços	Total		39,17%		39,60%		38,74%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores		31,64%		32,76%		32,94%
		Quotizações e joias dos associados		0,95%		0,936%		0,449%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		6,56%		5,58%		5,33%	
	Varição nos inventários de produção	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	-0,55%	-0,58%	
	Trabalhos para a própria entidade	0,24%	0,24%	0,22%	0,22%	0,16%	0,16%	
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	49,20%	49,10%	49,01%	48,73%	48,54%	48,27%
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total		46,37%		45,87%	
	Segurança Social			38,94%		38,59%		37,84%
	Autarquias			0,82%		1,06%		0,98%
	Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			6,61%		6,39%		6,44%
		Subsídios de entidades privadas		0,26%		0,44%		0,61%
		Doações e heranças		2,44%		1,91%		2,35%
		Legados		0,01%		0,10%		0,05%
		Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações	0,16%	0,16%	0,12%	0,12%	0,20%	0,21%
		Ganhos por aumentos de justo valor	0,02%	0,02%	0,20%	0,21%	0,02%	0,02%
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Outros rendimentos	Total	8,53%	8,58%	8,41%	8,46%	9,14%	9,33%
		Imputação de subsídios e doações para investimento		1,10%		1,38%		1,70%
		Donativos		0,29%		0,31%		0,31%
		Consignações e restituições de impostos		0,36%		0,40%		0,41%
		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)		6,83%		6,38%		6,91%
	Juros e rendimentos similares obtidos	0,42%	0,42%	0,31%	0,31%	0,29%	0,30%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		9,64%	9,66%	9,49%	9,51%	9,37%	9,45%
	Fornecimentos e serviços externos		21,25%	21,25%	21,02%	21,10%	21,00%	21,06%
	Gastos com o pessoal		58,43%	58,40%	59,48%	59,41%	59,56%	59,34%
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,27%	5,25%	5,21%	5,21%	5,00%	5,01%
	Perdas por imparidades		0,39%	0,39%	0,19%	0,20%	0,09%	0,08%
	Perdas por reduções de justo valor		0,32%	0,32%	0,00%	0,00%	0,63%	0,67%
	Aumento das provisões		0,31%	0,31%	0,57%	0,60%	0,79%	0,20%
	Outros gastos		3,84%	3,86%	3,55%	3,50%	3,72%	3,77%
	Juros e rendimentos similares suportados		0,56%	0,56%	0,46%	0,45%	0,44%	0,44%
	Imposto sobre o rendimento do período		-0,00%	-0,00%	0,02%	0,02%	0,00%	0,00%

3.3 ESTRUTURA DOS GASTOS E “ENFERMIDADE DE BAUMOL”

No que se refere à estrutura dos gastos, os dados do estudo relativo a 2016 evidenciaram a sua característica mais relevante, a saber, o elevado peso relativo dos gastos de pessoal no total dos gastos das IPSS.

O que habitualmente não é nem referido, nem analisado relativamente à estrutura dos gastos das IPSS e que foi abordado nesse trabalho é o problema designado por “Enfermidade de Baumol” (Baumol & Bowen, 1965, 1966). Este problema resulta da conjugação dos seguintes três fatores que acontecem no caso das IPSS:

- **peso relativo elevado dos gastos com pessoal no total dos gastos;**
- **uma tendência da taxa de variação das remunerações que não se afasta da do resto da economia;**
- **uma taxa de variação da produtividade aparente do trabalho nestas organizações menor do que no resto da economia.**

Da conjugação destes três fatores resulta um **encarecimento dos bens e serviços produzidos pelas IPSS relativamente aos produzidos no resto da economia.**

O primeiro e o terceiro fator atrás referidos decorrem das características técnicas das atividades das IPSS, que também acontecem noutras organizações que prestam serviços de apoio social e outros serviços: são organizações de pessoas a cuidar de pessoas, pessoas essas que não são para substituir por máquinas e que devem ser cada vez mais qualificadas.

Isto é muito claro nos quadros aqui apresentados onde se compara a estrutura dos gastos nas IPSS, com o que acontece nas chamadas entidades lucrativas prestadoras de serviços sociais e no conjunto das empresas não financeiras. Em 2016, 2017 e 2018 a percentagem dos gastos de pessoal andou próximo dos 60% nas IPSS e próximo dos 45% nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, enquanto

que no conjunto das empresas não financeiras foi pouco mais de 14%.

A opção por mais aquisições de serviços externos em vez de serviços prestados por pessoal próprio pode reduzir o peso relativo dos gastos de pessoal, tal como acontece com as entidades do setor social dito lucrativo comparadas com as IPSS, mas, mesmo assim, esse peso relativo continua a ser elevado. Também **“economias de aprendizagem” e outras melhorias na organização do trabalho e no desempenho dos trabalhadores das IPSS** são possíveis e contribuem para aumentos da produtividade aparente do trabalho, mas nunca conseguirão atingir as taxas de crescimento desta produtividade que são possíveis no resto da economia.

GRÁFICO N.º 2 Estrutura dos gastos em 2016 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social

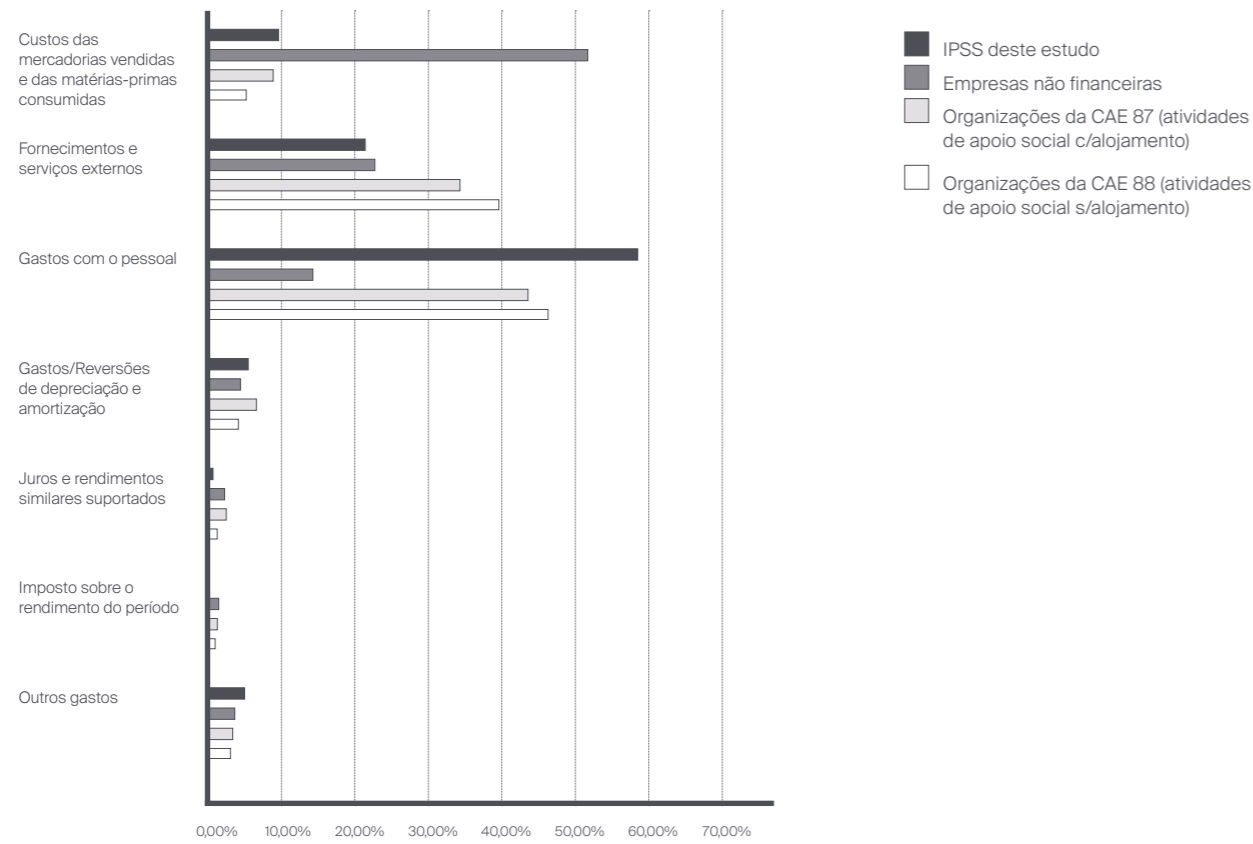


GRÁFICO N.º 3 Estrutura dos gastos em 2017 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social

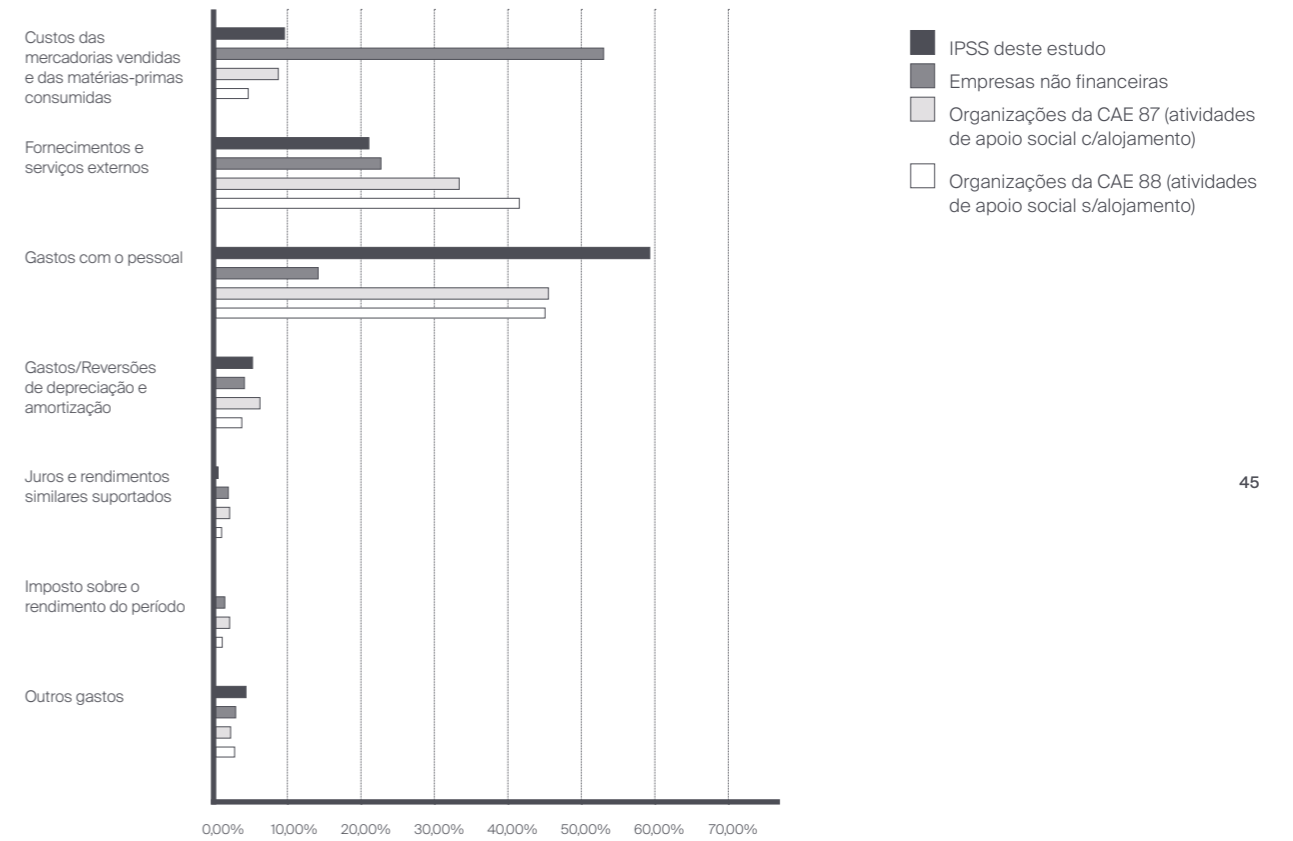
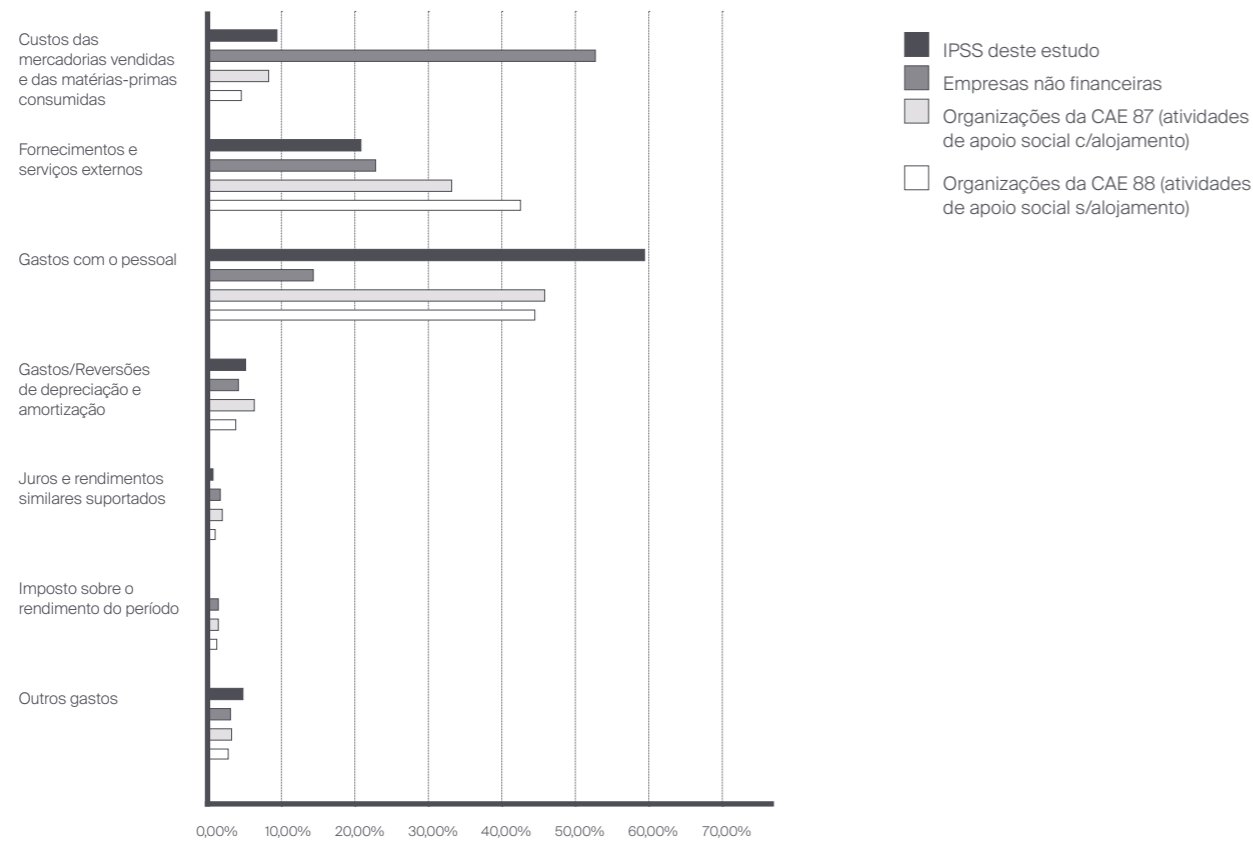


GRÁFICO N.º 4 Estrutura dos gastos em 2018 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social



46

TABELA N.º 9 Estrutura dos gastos em 2016 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social c/ alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social s/ alojamento)
N.º de IPSS e empresas não financeiras	565	424 083	1199	882
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	9,64%	51,75%	8,78%	5,10%
Fornecimentos e serviços externos	21,25%	22,67%	34,31%	39,59%
Gastos com o pessoal	58,43%	14,29%	43,57%	46,23%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	5,27%	4,23%	6,47%	4,00%
Juros e rendimentos similares suportados	0,56%	2,19%	2,40%	1,22%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	1,28%	1,20%	0,91%
Outros gastos	4,85%	3,59%	3,27%	2,95%

TABELA N.º 10 Estrutura dos gastos em 2017 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social c/ alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social s/ alojamento)
N.º de IPSS e empresas não financeiras	565	435 523	1229	887
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	9,49%	52,84%	8,64%	4,69%
Fornecimentos e serviços externos	21,02%	22,72%	33,36%	41,58%
Gastos com o pessoal	59,48%	14,20%	45,37%	45,11%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	5,21%	4,11%	6,17%	3,80%
Juros e rendimentos similares suportados	0,46%	1,87%	2,07%	1,01%
Imposto sobre o rendimento do período	0,02%	1,37%	2,07%	1,05%
Outros gastos	4,32%	2,89%	2,32%	2,76%

47

TABELA N.º 11 Estrutura dos gastos em 2018 das IPSS, empresas não financeiras e entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social c/ alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social s/ alojamento)
N.º de IPSS e empresas não financeiras	548	448 864	1248	883
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	9,37%	53,18%	8,69%	4,84%
Fornecimentos e serviços externos	21,00%	22,62%	33,13%	42,48%
Gastos com o pessoal	59,56%	14,38%	45,85%	44,48%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	5,00%	4,00%	6,20%	3,62%
Juros e rendimentos similares suportados	0,44%	1,58%	1,74%	0,82%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	1,32%	1,32%	1,11%
Outros gastos	4,63%	2,92%	3,07%	2,65%

Com dados agora recolhidos para exercícios consecutivos, o que não foi o caso do estudo relativo a 2016, é possível apresentar indicadores sobre as três situações atrás referidas que contribuem para a existência da “Enfermidade de Baumol”. As IPSS da amostra para as quais foi possível obter estes dados foram 325. Os dados recolhidos referem-se aos exercícios de 2017 e 2018.

Como se pode ver na Tabela n.º12, o peso relativo dos gastos com pessoal no total dos gastos é bastante elevado nas IPSS, muito acima do que acontece nas empresas do resto da economia.

Entre 2017 e 2018 a produtividade aparente do trabalho aumentou 1,66% nas 325 IPSS aqui estudadas, aumento este que foi inferior ao registado no conjunto das empresas não financeiras.

Quanto aos gastos com pessoal por trabalhador remunerado, nas IPSS aqui estudadas houve um aumento de 1,92% entre 2017 e 2018. Este aumento não conseguiu acompanhar o que se registou no resto da economia (3,77% nas empresas não financeiras), mas, mesmo assim, foi superior ao registado na produtividade aparente do trabalho.

Entre 2017 e 2018, houve, pois, um desfazamento entre a variação da produtividade aparente do trabalho e a variação do custo do trabalho remunerado num sentido que contribui para a existência da “Enfermidade de Baumol”.

Para combater este problema, contribui positivamente tudo o que puder ser feito dentro das IPSS para melhorar o desempenho dos seus trabalhadores. No entanto, como este problema decorre das características específicas das atividades realizadas pelas IPSS, o problema também precisa de ser combatido através doutro tipo de medidas que ultrapassam as possibilidades de ação de quem trabalha e dirige estas organizações. Uma dessas possíveis medidas com impacto forte a este nível tem que ver com a redução dos encargos sociais. Das 325 IPSS aqui estudadas, há dados sobre estes encargos para 301 em 2017 e para 299 em 2018. Para as 301 de 2017, estes encargos representaram 15,90% do total dos gastos com o pessoal. Para as 299 de 2018 representaram 17,02%.

48

49

TABELA N.º 12 Sobre a “Enfermidade de Baumol” nas IPSS

		325 IPSS	Empresas não financeiras em Portugal
Gastos com pessoal / Total dos gastos	2017	58,55 %	14,20 %
	2018	58,57 %	14,38 %
Produtividade Aparente do Trabalho (VAB / N.º de trabalhadores remunerados)	2017	14 729,55 €	23 850 €
	2018	14 973,60 €	24 310 €
	Variação 2017/18	1,66 %	1,93 %
Gastos com pessoal / N.º de trabalhadores remunerados	2017	13 955,49 €	13 520 €
	2018	14 223,00 €	14 030 €
	Variação 2017/18	1,92 %	3,77 %

FONTES 1) Gastos com pessoal / Total dos gastos nas empresas não financeiras: Banco de Portugal – Central de Balanços – Quadros do setor – Todas as atividades (<https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>)

2) Produtividade aparente do trabalho e gastos com pessoal por trabalhador remunerado: INE (2020)

3.4 ESTRUTURA FINANCEIRA, FINANCIAMENTO E RENDIBILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

Tal como já tinha sido observado para 2016, também em 2017 e 2018 **o valor médio dos rácios de liquidez e de solvabilidade é bom para as IPSS e bem melhor para estas do que para o conjunto das empresas não financeiras e para as entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social.**

Quanto às fontes de financiamento, também continua a observar-se em 2017 e 2018 o que já tinha sido observado em 2016. Mais precisamente, continuam a observar-se **taxas de endividamento (ativo/fundos patrimoniais) bem menores e, portanto, níveis de autonomia financeira (fundos patrimoniais/ativo) bem maiores** nas IPSS do que no conjunto das empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social. Com efeito, nas IPSS as taxas de endividamento andam entre 130 e 140% e as taxas de autonomia financeira andam entre 70 e 75%, enquanto no conjunto das empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social a situação é muito diferente:

- nas empresas não financeiras as taxas de endividamento andam à volta dos 300% e as taxas de autonomia financeira andam à volta dos 33%;
- nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social as taxas de endividamento andam entre 350 e um pouco mais de 400% e as taxas de autonomia financeira andam entre 25 e 30%.

Para este muito menor recurso das IPSS à alavancagem do financiamento externo podem contribuir os seguintes fatores:

- recurso relativamente maior nas IPSS a financiamento público e a doações para financiamento não só da atividade de exploração, mas também dos investimentos, comparando com o que acontece nas empresas não financeiras e nas empresas com fins lucrativos prestadoras de serviços sociais;
- receio dos dirigentes das IPSS em recorrerem aos mercados financeiros uma vez que esse recurso muitas vezes os obriga a terem que prestar garantias em nome pessoal numa atividade onde colaboram a

título voluntário, por isso, sem direito a remuneração e sem direito de propriedade sobre os ativos das IPSS a seu cargo.

Havendo um menor recurso a financiamento externo, nomeadamente financiamento bancário, também a **parte dos rendimentos operacionais que é absorvida por gastos com esse financiamento (Juros suportados/EBITDA) é bem menor nas IPSS** do que no conjunto das empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços sociais.

GRÁFICO N.º 5 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

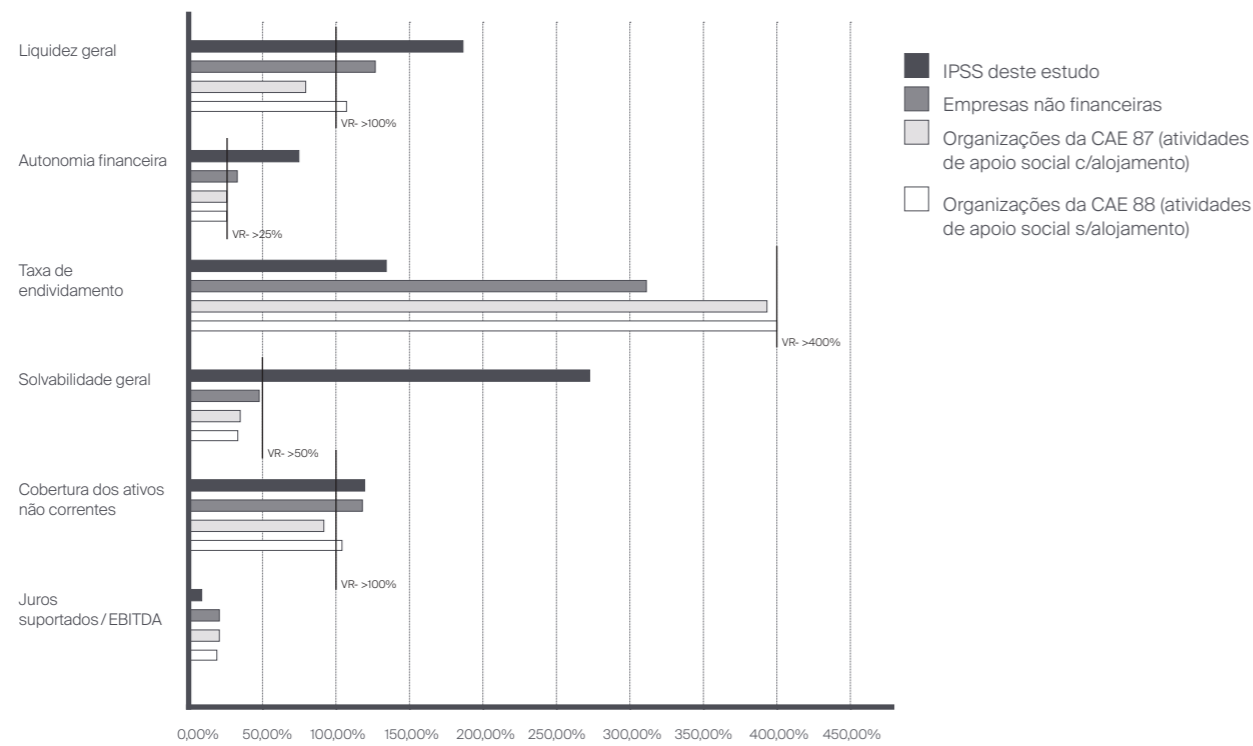


GRÁFICO N.º 6 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2017

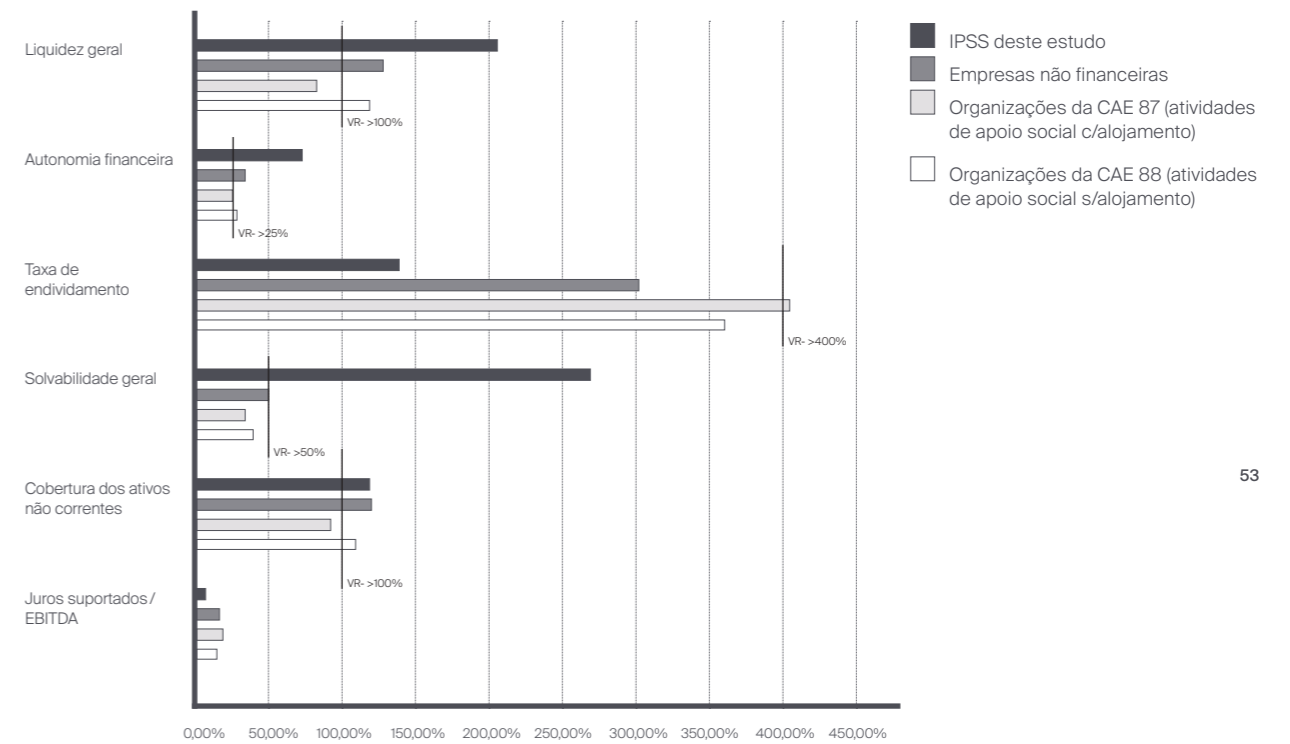


GRÁFICO N.º 7 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2018

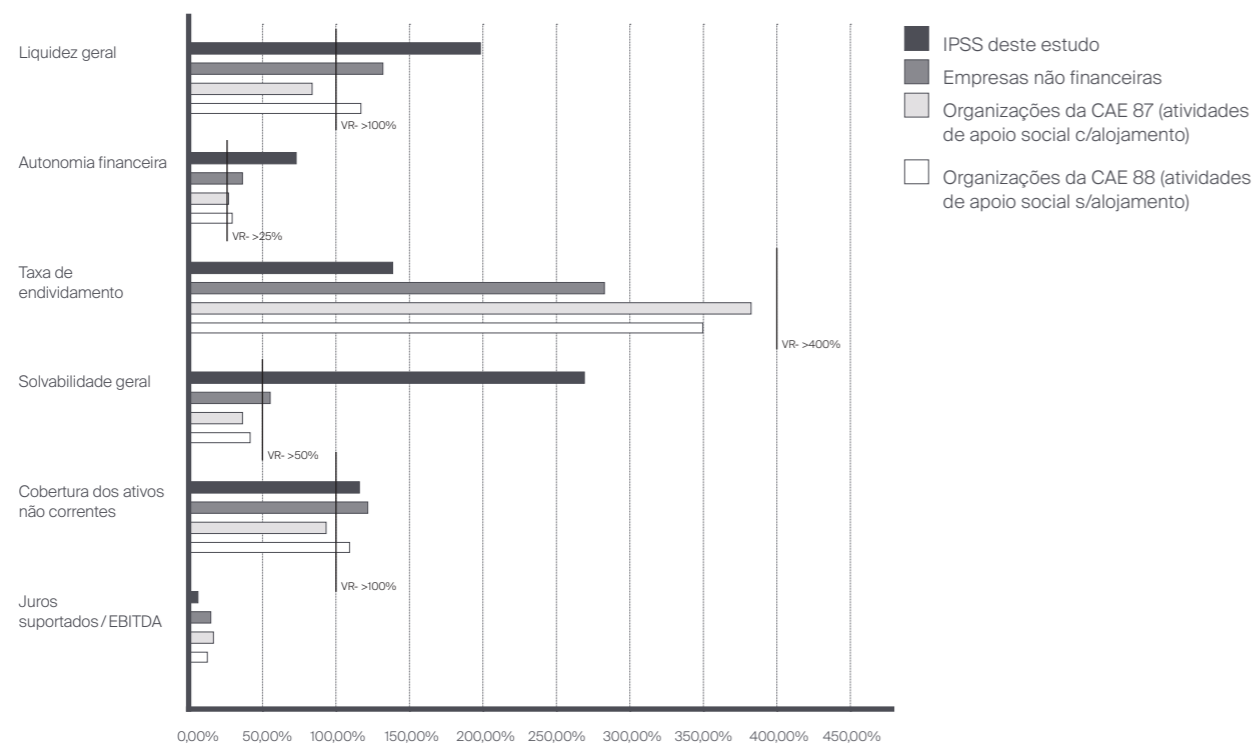


TABELA N.º 13 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

Rádios económicos e financeiros	Valores de referência dos rácios	IPSS deste estudo		Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Valores dos rácios	N.º IPSS para lá dos valores de referência dos rácios	Valores dos rácios para as empresas não financeiras	Valores dos rácios para as organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Valores dos rácios para as organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)
N.º de organizações		561		424 083	1199	882
Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento						
Liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	>100%	186,33%	464	126,72%	79,23%	106,85%
Autonomia financeira (Fundos patrimoniais / Ativo)	>25%	74,72%	518	32,07%	25,39%	24,95%
Taxa de endividamento (Ativo / Fundos patrimoniais)	<400%	133,84%	529	311,83%	393,93%	400,85%
Solvabilidade geral (Fundos patrimoniais / Passivo)	>50%	272,83%	500	47,21%	34,02%	33,24%
Cobertura dos ativos não correntes ((Fundos patrimoniais + Passivo não corrente) / Ativo não corrente)	>100%	118,96%	394	118,36%	91,24%	103,61%
Juros suportados/EBITDA		8,48%		20,02%	19,98%	18,28%

TABELA N.º 14 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2017

Rádios económicos e financeiros	Valores de referência dos rácios	IPSS deste estudo		Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)			
		Valores dos rácios	N.º IPSS para lá dos valores de referência dos rácios	Valores dos rácios para as empresas não financeiras	Valores dos rácios para as organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Valores dos rácios para as organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)	
N.º de organizações		565		435 523	1229	887	
Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento							
Liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	>100%	204,89%	389	127,09%	81,79%	118,30%	
Autonomia financeira (Fundos patrimoniais / Ativo)	>25%	72,26%	524	33,22%	24,77%	27,75%	
Taxa de endividamento (Ativo / Fundos patrimoniais)	<400%	138,38%	539	301,01%	403,74%	360,42%	
Solvabilidade geral (Fundos patrimoniais / Passivo)	>50%	268,73%	506	49,75%	32,92%	38,40%	
Cobertura dos ativos não correntes ((Fundos patrimoniais + Passivo não corrente) / Ativo não corrente)	>100%	117,83%	387	118,84%	91,88%	108,71%	
Juros suportados / EBITDA		6,58%		16,12%	18,05%	13,96%	

TABELA N.º 15 Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2018

Rádios económicos e financeiros	Valores de referência dos rácios	IPSS deste estudo		Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)			
		Valores dos rácios	N.º IPSS para lá dos valores de referência dos rácios	Valores dos rácios para as empresas não financeiras	Valores dos rácios para as organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Valores dos rácios para as organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)	
N.º de organizações		550		448 864	1248	883	
Rádios de liquidez, estrutura financeira e financiamento							
Liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	>100%	197,71%	374	131,30%	82,90%	116,80%	
Autonomia financeira (Fundos patrimoniais / Ativo)	>25%	72,27%	505	35,40%	26,13%	28,58%	
Taxa de endividamento (Ativo / Fundos patrimoniais)	<400%	138,37%	519	282,50%	382,77%	349,92%	
Solvabilidade geral (Fundos patrimoniais / Passivo)	>50%	269,39%	494	54,80%	35,36%	40,01%	
Cobertura dos ativos não correntes ((Fundos patrimoniais + Passivo não corrente) / Ativo não corrente)	>100%	116,60%	361	120,60%	92,52%	108,58%	
Juros suportados / EBITDA		6,42%		14,20%	15,11%	11,30%	

No que se refere à **rendibilidade dos capitais próprios**, continua a observar-se para 2017 e 2018 o que já tinha sido observado para 2016, ou seja, o facto desta taxa ser **muito mais baixa nas IPSS do que no conjunto das empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social**.

Também continuam a valer para 2017 e 2018 as mesmas explicações dessa disparidade, a saber:

- **maior peso relativo das amortizações e depreciações;**
- **menor rendibilidade operacional do “volume de negócios”;**
- **menor taxa de rotação do ativo;**
- **menor taxa de endividamento e, portanto, um menor efeito de alavancagem do recurso a financiamento externo.**

O papel destes fatores está evidenciado nas Tabelas N.º 16, 17 e 18 que decompõem a taxa de rendibilidade dos capitais próprios nestas e noutras componentes.

A **menor rendibilidade operacional do “volume de negócios” das IPSS** pode entender-se se se tiver em conta o facto dos seus utentes serem pessoas de baixos rendimentos às quais as IPSS só cobram um valor de acordo com as possibilidades de pagar destas pessoas, valor esse que, portanto, é inferior ao necessário para cobrir os custos de produção. Para poder pagar estes custos, as IPSS estão muito dependentes do que conseguirem obter de financiamentos públicos e de contribuições voluntárias de pessoas individuais e coletivas privadas.

Na linha do que acabou de ser dito, continuou a seguir-se aqui a boa sugestão do Dr. Mário Lourenço, do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, já incorporada no trabalho relativo a 2016, mais precisamente a utilização de duas versões do “volume de negócios” das IPSS, a saber:

- uma versão onde o “volume de negócios” corresponde ao total das vendas e das prestações de serviços;
- outra versão onde o “volume de negócios” inclui não só as vendas e prestações de serviços, mas também os subsídios, doações e legados à exploração.

Esta segunda versão é mais adequada do que a primeira para as especificidades das IPSS se se tiver em conta que, para cumprirem a sua missão, estas organizações só podem cobrar aos seus utentes valores que estes tenham capacidade de pagar, procurando depois equilibrar as suas contas com o recurso a financiamento público e a doações. Portanto, na atividade das IPSS há uma situação de **produção conjunta de bens e serviços privados** que são os que elas providenciam aos seus utentes por valores abaixo do seu custo de produção e de um bem público que assim é gerado por procederem deste modo com os seus utentes, **bem público** esse que

é o contributo para a coesão social. O segundo conceito de “volume de negócios” mede melhor o valor total desta produção conjunta do que o primeiro conceito.

Passando agora a outros dois fatores que têm influência na menor rendibilidade dos capitais próprios das IPSS comparada com a das organizações do resto da economia, mais precisamente a **maior retenção de resultados para amortizações e depreciações** e a **menor taxa de rotação do ativo**, podem contribuir para isto os seguintes fatores:

- o período em análise está relacionado com uma fase de investimentos das IPSS em equipamentos sociais incentivada por programas de apoio público, investimentos esses que implicam um nível relativamente elevado de amortizações;
- esse recurso a financiamento público não só para o investimento, mas também para o funcionamento vem ligado à obrigação do cumprimento de um conjunto de regras que condicionam muito o que os responsáveis das IPSS podem fazer em matéria de gestão dos seus equipamentos e atividades, contribuindo, assim, para uma menor taxa de rotação do ativo.

Quanto ao último fator que contribuiu para uma menor taxa de rendibilidade dos capitais próprios das IPSS, a saber, **menor taxa de endividamento e, portanto, menor efeito de alavancagem do recurso a financiamento externo**, possíveis razões para isso que já foram apresentadas na parte inicial deste ponto sobre a estrutura financeira e sobre o financiamento das IPSS.

GRÁFICO N.º 8 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

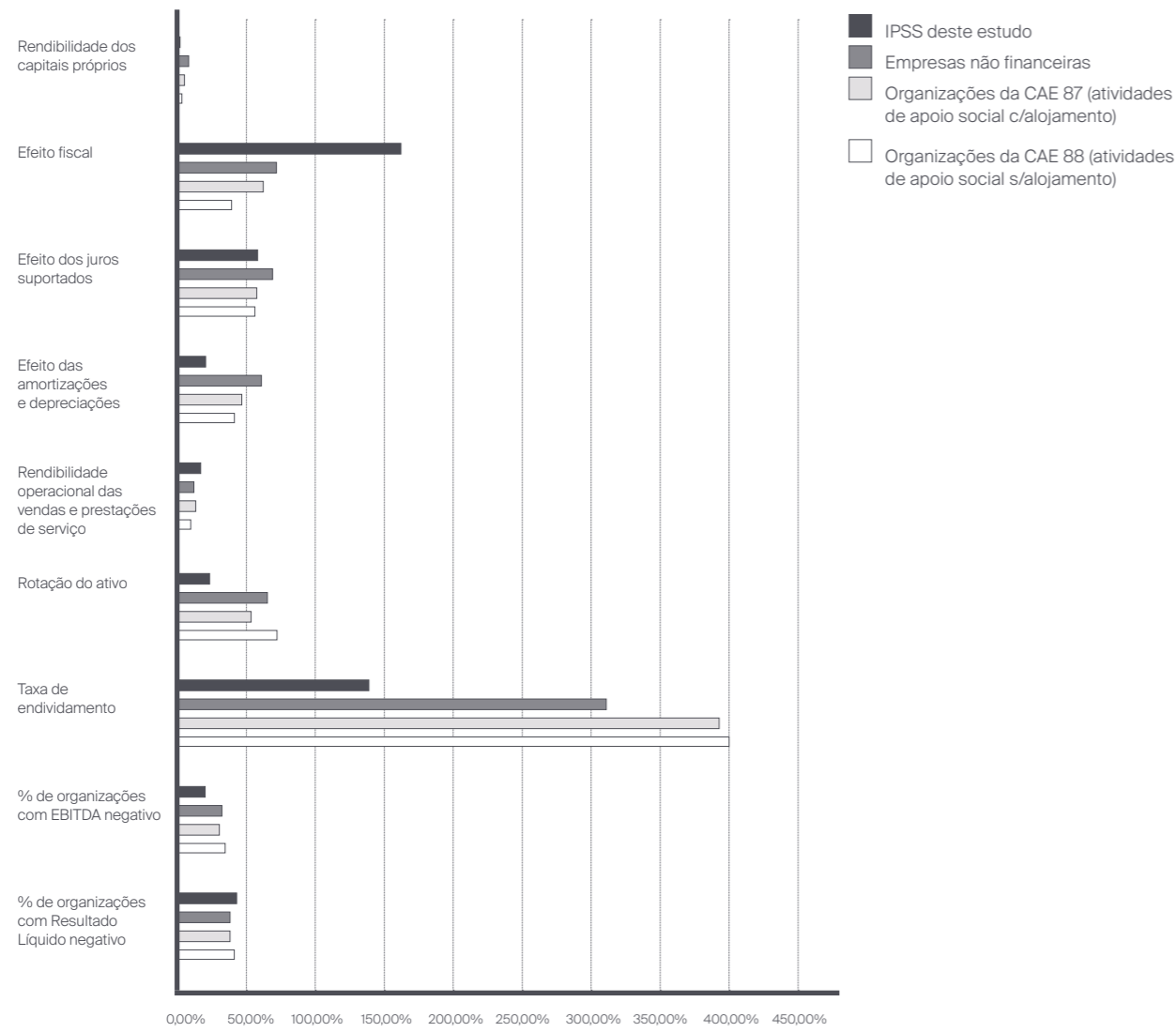


GRÁFICO N.º 9 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2017

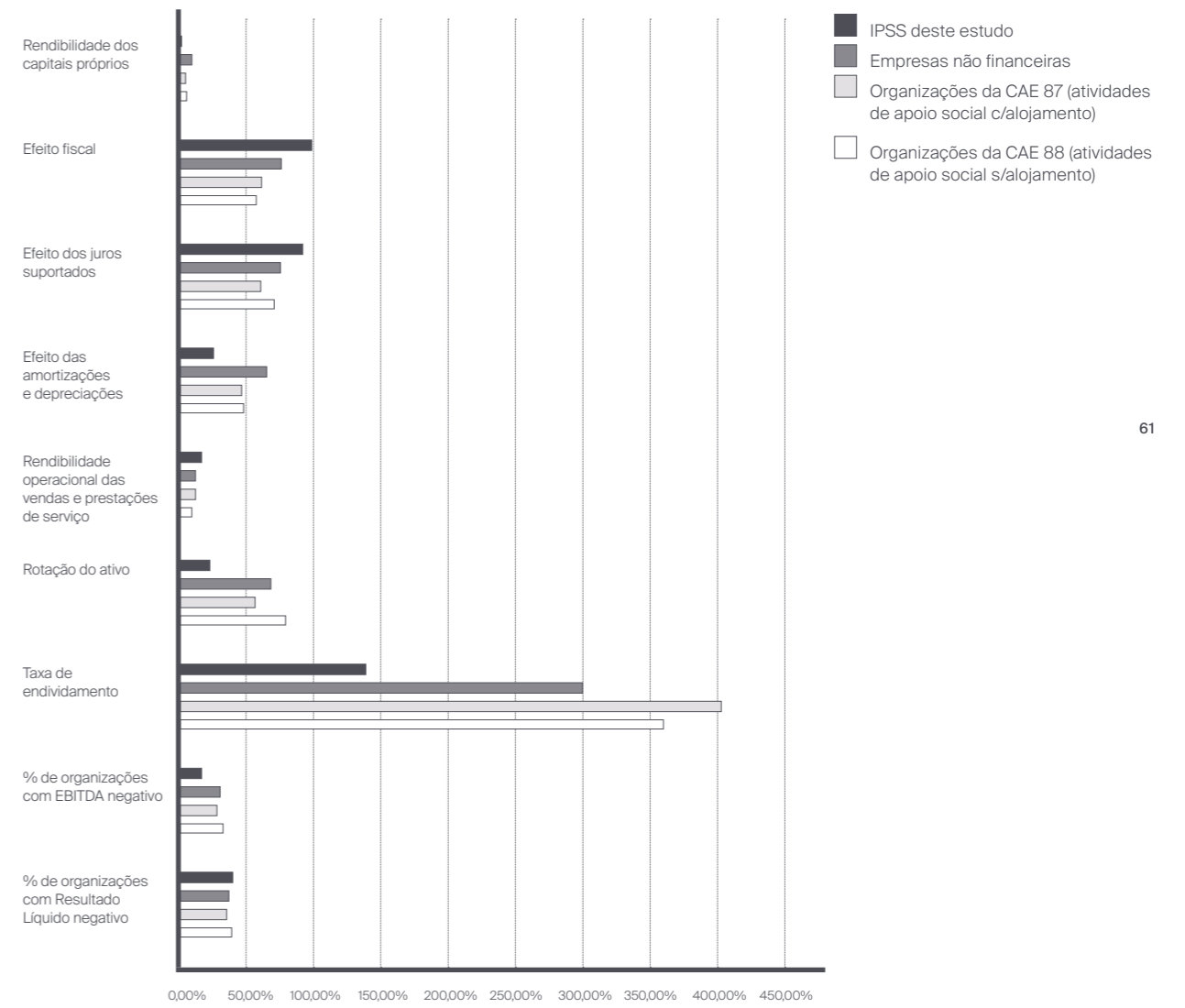
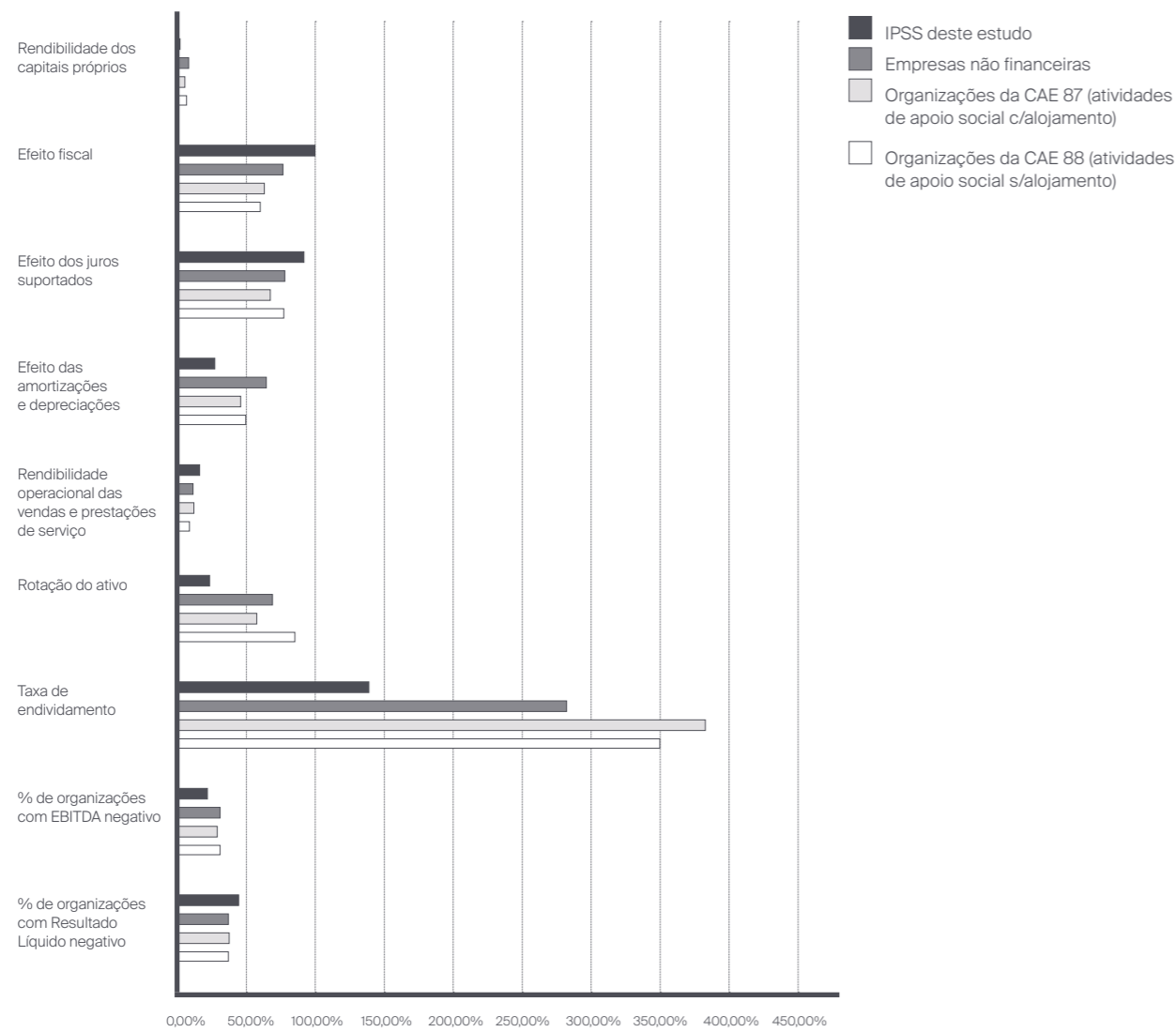


GRÁFICO N.º 10 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2018



62

TABELA N.º 16 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2016

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)
N.º de organizações	561	424 083	1199	882
Rendibilidade dos capitais próprios (Resultado líquido / Fundos patrimoniais) = (1) X (2) X (3) X (4) X (5) X (6)	0,87%	6,73%	4,17%	2,17%
(1) Efeito fiscal (Resultado líquido / Resultado antes de impostos ou EBT)	1,616	0,715	0,6170	0,382
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT / Resultado antes de impostos e juros suportados ou EBIT)	57,29%	68,40%	56,65%	54,72%
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT / EBITDA)	19,86%	60,26%	46,10%	40,37%
(4a) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA / Vendas e prestações de serviços)	15,69%	11,29%	12,56%	8,95%
(4b) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços e dos subsídios, doações e legados à exploração [EBITDA / (Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração)]	7,71%			
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços / Ativo)	0,226	0,648	0,524	0,717
(5b) Rotação do ativo [(Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração) / Ativo]	0,494			
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo / Fundos patrimoniais)	139,21%	311,83%	393,93%	400,85%

63

TABELA N.º 17 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2017

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)
N.º de organizações	565	435523	1229	887
Rendibilidade dos capitais próprios (Resultado líquido / Fundos patrimoniais) = (1) X (2) X (3) X (4) X (5) X (6)	1,17%	8,85%	4,69%	5,01%
(1) Efeito fiscal (Resultado líquido / Resultado antes de impostos ou EBT)	0,9904	0,7555	0,6123	0,5663
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT / Resultado antes de impostos e juros suportados ou EBIT)	91,63%	75,00%	60,96%	70,63%
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT / EBITDA)	25,20%	64,49%	46,24%	47,53%
(4a) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA / Vendas e prestações de serviços)	16,42%	11,84%	11,92%	9,24%
(4b) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços e dos subsídios, doações e legados à exploração [EBITDA / (Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração)]	7,55%			
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços / Ativo)	0,225	0,679	0,564	0,791
(5b) Rotação do ativo [(Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração) / Ativo]	0,489			
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo / Fundos patrimoniais)	138,38%	301,01%	403,74%	360,42%

64

TABELA N.º 18 Taxa de rentabilidade dos capitais próprios e seus elementos constitutivos nas IPSS deste estudo, nas empresas não financeiras e nas entidades lucrativas prestadoras de serviços de apoio social, em 2018

	IPSS deste estudo	Empresas não financeiras de Portugal (dados da Central de Balanços do Banco de Portugal)		
		Empresas não financeiras	Organizações da CAE 87 (atividades de apoio social com alojamento)	Organizações da CAE 88 (atividades de apoio social sem alojamento)
N.º de organizações	551	448 864	1248	883
Rendibilidade dos capitais próprios (Resultado líquido / Fundos patrimoniais) = (1) X (2) X (3) X (4) X (5) X (6)	1,26%	8,42%	5,13%	6,14%
(1) Efeito fiscal (Resultado líquido / Resultado antes de impostos ou EBT)	0,9988	0,7620	0,6297	0,5993
(2) Efeito dos juros suportados (Resultado antes de impostos ou EBT / Resultado antes de impostos e juros suportados ou EBIT)	91,91%	77,81%	67,24%	77,29%
(3) Efeito das amortizações e depreciações (Resultado antes de impostos e de juros suportados ou EBIT / EBITDA)	26,83%	63,99%	46,13%	49,77%
(4a) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços (EBITDA / Vendas e prestações de serviços)	15,91%	11,36%	11,91%	8,93%
(4b) Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços e dos subsídios, doações e legados à exploração [EBITDA / (Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração)]	7,63%			
(5a) Rotação do ativo (Vendas e prestações de serviços / Ativo)	0,232	0,692	0,576	0,852
(5b) Rotação do ativo [(Vendas e prestações de serviços + Subsídios, Doações e Legados à Exploração) / Ativo]	0,484			
(6) Taxa de endividamento ou Alavancagem financeira (Ativo / Fundos patrimoniais)	138,37%	282,50%	382,77%	349,92%

65

4

ESTUDO ESPECIAL

4.1 PESO RELATIVO DO EMPREGO DAS IPSS NO EMPREGO TOTAL DE CADA CONCELHO EM 1992, 2004 E 2012

Segundo a Conta Satélite da Economia Social para 2013 (CASES & INE, 2017), as IPSS representaram nesse ano **3,64% do total do emprego remunerado do país**. Esta conta satélite não explicita qual é este peso relativo do emprego das IPSS no emprego total nas várias zonas do país.

O estudo especial aqui apresentado tem por objetivo providenciar uma aproximação deste peso relativo nos vários concelhos do país.

Isso vai ser feito recorrendo-se à dissertação de Mestrado em Finanças apresentada à Católica Porto Business School, em abril de 2019, por Ana Raquel Carvalho Cordeiro (Cordeiro, 2019), com a orientação do Prof. Dr. Ricardo Miguel Martins da Costa Ribeiro, agradecendo-se aqui a generosa colaboração de ambos.

Para a elaboração desta dissertação, a sua autora compilou dados dos Quadros de Pessoal produzidos pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que permitem uma aproximação ao emprego das IPSS por concelho, apesar de não existir nessa base de dados uma classificação das empresas, ou dos estabelecimentos onde constem as IPSS.

Para construir essa aproximação, o que foi feito foi cruzar os dados provenientes de duas classificações dos estabelecimentos que existem nos Quadros de Pessoal, a saber, a classificação de acordo com a sua natureza jurídica e a classificação de acordo com a CAE – Rev. 3 a cinco dígitos. Mais precisamente, assumiu-se que são de IPSS os estabelecimentos que pertencem **simultaneamente** aos códigos dos estatutos jurídicos e às subclasses da CAE que as tabelas n.º 19 e 20 apresentam.

Infelizmente o acesso aos Quadros de Pessoal não é possível para os anos a seguir a 2012. Também esta base de dados deixou de incluir a Região Autónoma dos Açores a partir de 2010.

Os resultados dos dados assim compilados estão apresentados nos Mapas N.º 1, 2 e 3 que constam da dissertação da Ana Raquel Carvalho Cordeiro.

TABELA N.º 19 Códigos dos Quadros de Pessoal para os estatutos jurídicos onde se considerou que estão incluídas as IPSS

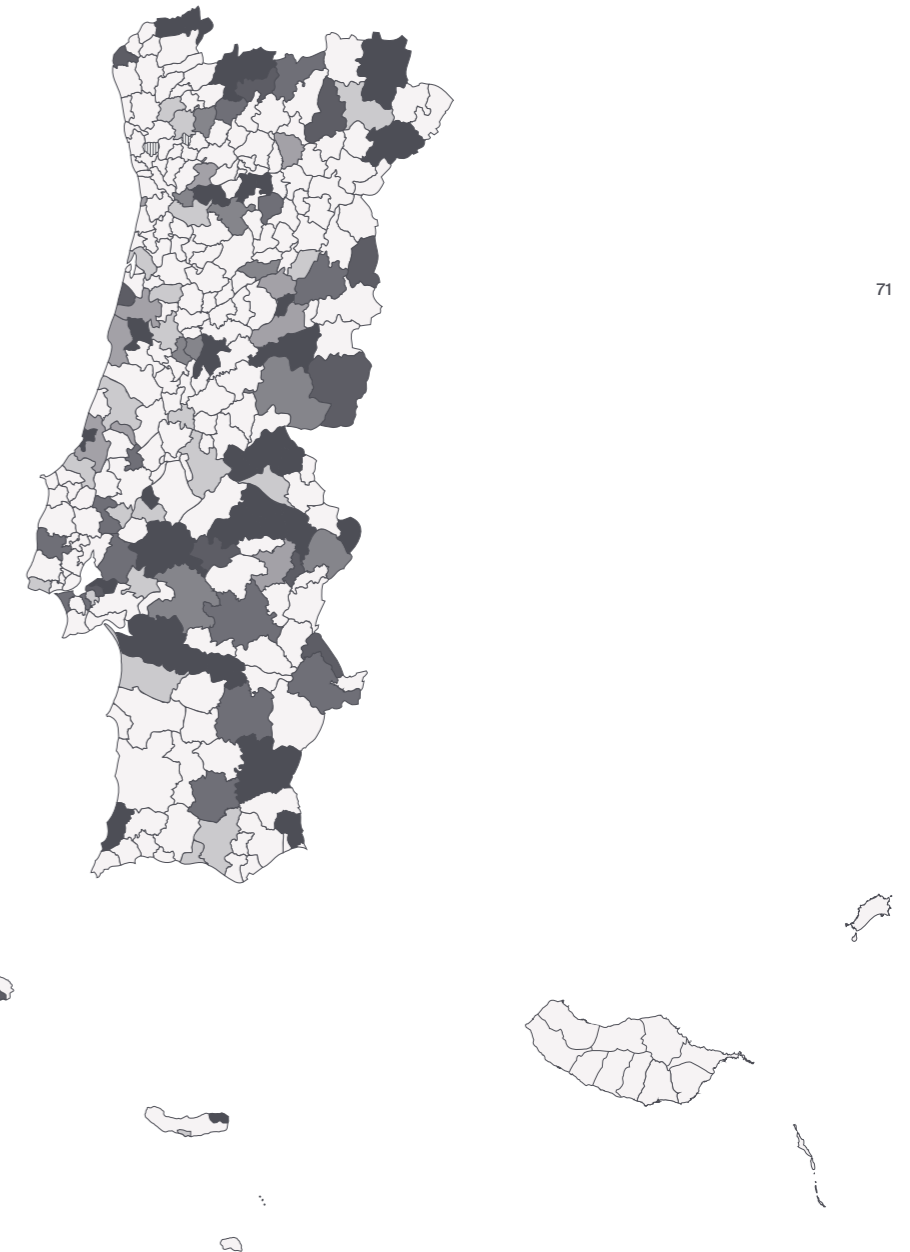
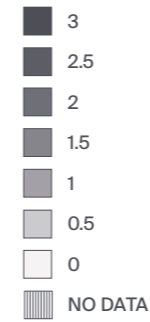
Códigos	Estatutos jurídicos
11	Associação de Beneficência e Humanitária
12	Associação de Cultura, Recreio e Desporto
16	Casa do Povo
17	Associação de Socorros Mútuos
18	Outras Associações
19	Fundação Nacional
41	Sociedade Cooperativa
61	Pessoa Coletiva Religiosa
72	Associação Estrangeira
73	Fundação Estrangeira
95	Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva

70

TABELA N.º 20 Classes da CAE Rev. 3 onde se considerou que estão incluídas as IPSS

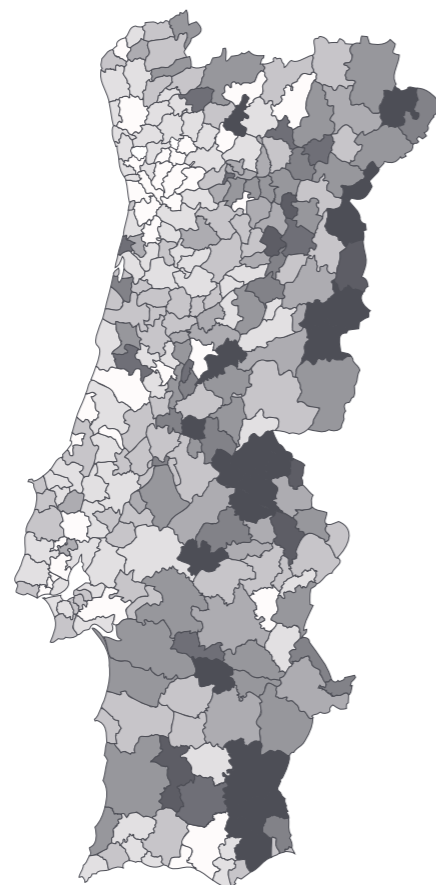
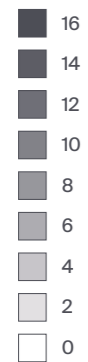
Subclasses da CAE	Designação das atividades
85100	Educação Pré-Escolar
85201	Ensino Básico (1.º ciclo)
85202	Ensino Básico (2.º ciclo)
87301	Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
87302	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
87901	Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento
87902	Atividades de apoio social com alojamento, n.e.
88101	Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
88102	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
88910	Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
88990	Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

MAPA N.º 1 Percentagem do emprego das IPSS no total do emprego do concelho (1992)



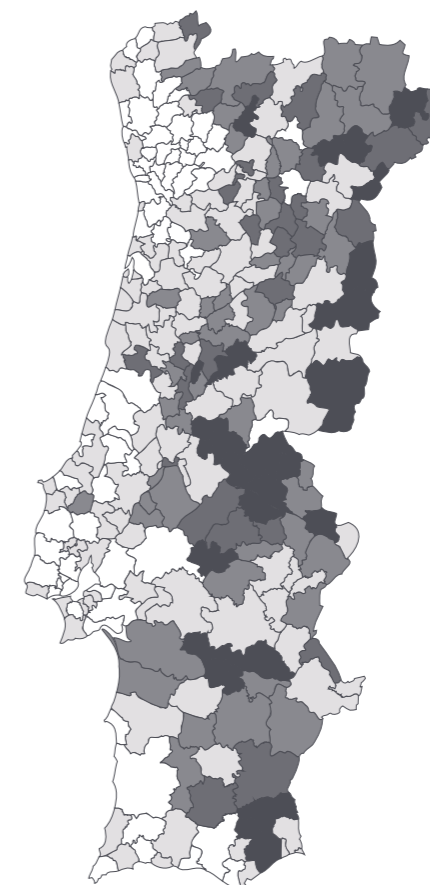
71

MAPA N.º 2 Percentagem do emprego das IPSS no total do emprego do concelho (2004)



72

MAPA N.º 3 Percentagem do emprego das IPSS no total do emprego do concelho (2012)



73

Com as reservas inerentes aos dados aqui apresentados como sendo uma aproximação ao emprego das IPSS, os mapas que os representam ilustram uma situação de grande diferenciação territorial no peso relativo desse emprego no emprego total, diferenciação essa que a média nacional deste peso relativo (3,86% em 2016), por ser média, não revela.

Considerando o mapa para 2012, é só nas zonas com maior densidade de população e de atividades económicas do litoral do Continente e da Madeira que o peso relativo do emprego das IPSS no emprego total anda mais próximo dessa média nacional. Dessa faixa litoral até às zonas mais do interior, o peso relativo do emprego das IPSS no emprego total é bem superior a essa média nacional, aumentando até percentagens da ordem dos 20% em concelhos mais do interior.

Comparando o mapa relativo a 2012 com os mapas relativos a 1992 e 2004 pode ver-se que esta assimetria observada para 2012 já vinha de trás, tendo-se vindo a acentuar ao longo do tempo.

Estes dados mostram, assim, que as IPSS **dão um grande contributo para a redução das disparidades regionais em Portugal** ao serem responsáveis por uma percentagem relativamente elevada do emprego nas zonas do interior.

No estudo relativo 2016 já se tinha evidenciado o papel das IPSS para a coesão territorial ao mostrar-se que as IPSS têm equipamentos sociais em 71% das freguesias de Portugal Continental e em 27% dessas freguesias são só as IPSS que lá estão presentes com respostas sociais.

5

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Baumol, William J.; Bowen, William G. (1965).** On the Performing Arts: The Anatomy of their Economic Problems. *The American Economic Review*, Vol. 55, No. 2, pp. 495-50.
- **Baumol, William J.; Bowen, William G. (1966).** *Performing Arts, The Economic Dilemma: a study of problems common to theater, opera, music, and dance.* New York: Twentieth Century Fund.
- **CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e INE – Instituto Nacional de Estatística (2017).** *Conta Satélite da Economia Social 2013 – Edição 2017.* Lisboa: CASES & INE.
- **CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e INE – Instituto Nacional de Estatística (2019).** *Conta Satélite da Economia Social 2016 / Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018.* Lisboa: CASES & INE.
- **Cordeiro, Ana Raquel Carvalho (2019).** *O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português.* Dissertação de Mestrado em Finanças apresentada à Católica Porto Business School.
- **INE – Instituto Nacional de Estatística (2020).** *Empresas em Portugal – 2018.* Lisboa: INE.
- **Mendes, Américo M. S. Carvalho (2018).** *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal.* Porto: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.
- **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Gabinete de Estudos e Planeamento (2019).** *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2018.* Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



ANEXOS

6.1 ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS DESTE ESTUDO, POR DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS, EM 2016, 2017 E 2018

Distrito		Aveiro				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		36	34	35		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	39,56%	39,11%	39,29%	
		Vendas	4,16%	4,27%	4,11%	
		Prestações de serviços	Total	35,40%	34,84%	35,18%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	33,23%	27,30%	32,45%
			Quotizações e joias dos associados	0,30%	0,29%	0,35%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,87%	1,88%	2,38%	
	Variação nos inventários de produção		-0,03%	-0,25%	-0,34%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,02%	0,09%	0,10%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	54,18%	54,62%	54,67%
			Total	53,39%	52,28%	52,91%
Segurança Social			46,06%	46,04%	45,68%	
Autarquias			0,69%	1,17%	1,07%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			6,63%	6,00%	6,30%	
Subsídios de entidades privadas		0,28%	0,73%	0,85%		
Doações e heranças		0,51%	0,67%	0,77%		
Legados		0,00%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,02%	0,01%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	5,99%	6,17%	6,04%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,23%	1,68%	8,24%		
	Donativos	0,90%	1,16%	1,11%		
	Consignações e restituições de impostos	0,08%	0,14%	0,06%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,78%	3,19%	-3,35%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,27%	0,24%	0,22%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		11,43%	11,45%	11,37%	
	Fornecimentos e serviços externos		17,50%	17,05%	16,95%	
	Gastos com o pessoal		62,25%	63,13%	63,77%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		6,03%	5,33%	5,42%	
	Perdas por imparidades		0,11%	0,17%	0,13%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,09%	0,02%	0,02%	
	Outros gastos		2,01%	2,43%	1,87%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,58%	0,42%	0,47%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,01%	

Distrito		Beja				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		10	10	10		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	42,07%	42,48%	43,04%	
		Vendas	10,29%	10,02%	9,66%	
		Prestações de serviços	Total	31,79%	32,46%	33,38%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	30,24%	30,59%	31,56%
			Quotizações e joias dos associados	0,08%	0,15%	0,11%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,46%	2,27%	1,71%	
	Variação nos inventários de produção		0,08%	0,01%	0,09%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,13%	0,10%	0,36%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	50,56%	50,13%	50,55%
			Total	50,28%	49,94%	47,90%
Segurança Social			42,71%	42,07%	41,87%	
Autarquias			1,69%	1,76%	1,85%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			5,88%	6,11%	6,23%	
Subsídios de entidades privadas		0,04%	0,09%	0,19%		
Doações e heranças		0,24%	0,09%	0,26%		
Legados		0,00%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,64%	0,65%	0,01%		
Outros rendimentos	Total	6,44%	6,58%	5,92%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,58%	0,65%	0,86%		
	Donativos	0,46%	0,17%	0,47%		
	Consignações e restituições de impostos	0,43%	0,10%	0,43%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	4,97%	5,67%	4,16%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,08%	0,06%	0,03%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		14,13%	15,54%	14,81%	
	Fornecimentos e serviços externos		15,54%	14,51%	14,60%	
	Gastos com o pessoal		65,06%	64,08%	64,92%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		3,83%	4,10%	3,65%	
	Perdas por imparidades		0,01%	0,00%	0,11%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,00%	0,01%	0,00%	
	Outros gastos		0,81%	1,33%	1,56%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,60%	0,43%	0,35%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Braga				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		46	46	39		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	38,48%	38,12%	38,40%	
		Vendas	0,75%	0,87%	0,12%	
		Prestações de serviços	Total	37,73%	37,25%	38,27%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	33,75%	34,23%	36,56%
			Quotizações e joias dos associados	0,43%	0,14%	0,17%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		3,54%	2,89%	1,23%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,02%	0,75%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	53,11%	53,34%	55,47%
			Total	52,06%	51,05%	54,17%
Segurança Social			43,21%	43,04%	44,04%	
Autarquias			1,09%	1,77%	1,88%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			7,75%	7,06%	8,24%	
Subsídios de entidades privadas		0,21%	0,35%	0,10%		
Doações e heranças		0,82%	1,12%	1,20%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,13%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	8,12%	7,42%	5,98%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,05%	2,00%	1,45%		
	Donativos	1,04%	0,60%	1,19%		
	Consignações e restituições de impostos	0,11%	0,08%	0,15%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	5,92%	4,74%	3,20%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,25%	0,24%	0,16%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		6,72%	6,95%	7,02%	
	Fornecimentos e serviços externos		23,48%	22,31%	21,24%	
	Gastos com o pessoal		61,31%	62,67%	63,99%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,77%	5,56%	5,01%	
	Perdas por imparidades		0,01%	0,02%	0,02%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	-0,00%	
	Aumento das provisões		0,09%	0,00%	0,02%	
	Outros gastos		1,71%	1,71%	1,81%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,91%	0,78%	0,89%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,01%	

Distrito		Castelo Branco				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		16	16	16		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	42,29%	42,69%	42,98%	
		Vendas	0,30%	0,34%	0,16%	
		Prestações de serviços	Total	41,99%	42,36%	42,82%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	41,02%	41,21%	41,72%
			Quotizações e joias dos associados	0,19%	0,35%	0,19%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,78%	0,92%	0,90%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,51%	0,49%	0,50%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	48,17%	47,62%	47,78%
			Total	47,91%	47,06%	47,42%
Segurança Social			43,31%	41,59%	42,02%	
Autarquias			0,20%	0,61%	0,70%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			4,39%	4,90%	4,70%	
Subsídios de entidades privadas		0,05%	0,09%	0,05%		
Doações e heranças		0,17%	0,12%	0,27%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		2,60%	0,00%	0,21%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,03%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	6,08%	8,82%	8,14%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,26%	1,60%	1,36%		
	Donativos	0,91%	1,07%	1,55%		
	Consignações e restituições de impostos	0,05%	0,37%	0,42%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,85%	5,77%	4,81%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,34%	0,34%	0,39%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		11,11%	9,73%	9,31%	
	Fornecimentos e serviços externos		18,63%	18,65%	20,17%	
	Gastos com o pessoal		61,69%	63,65%	62,96%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		6,91%	6,74%	5,96%	
	Perdas por imparidades		0,13%	0,07%	0,03%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,05%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		1,20%	0,93%	1,41%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,28%	0,22%	0,16%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Coimbra				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		30	30	27		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	46,28%	48,21%	47,78%	
		Vendas	0,38%	0,36%	0,39%	
		Prestações de serviços	Total	45,90%	47,84%	47,39%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	24,03%	32,71%	25,31%
			Quotizações e joias dos associados	0,28%	0,38%	0,30%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		21,60%	14,75%	21,79%	
	Variação nos inventários de produção		0,08%	0,00%	0,08%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,69%	0,62%	0,65%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	43,97%	44,92%	45,71%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	40,69%	43,90%	41,36%
Segurança Social			31,41%	33,11%	32,16%	
Autarquias			0,34%	0,48%	0,59%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			8,94%	10,31%	8,61%	
Subsídios de entidades privadas		0,18%	0,33%	0,08%		
Doações e heranças		3,10%	0,68%	4,27%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,74%	0,01%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	8,28%	5,25%	5,57%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,46%	0,88%	0,65%		
	Donativos	0,08%	0,07%	0,15%		
	Consignações e restituições de impostos	0,02%	0,04%	0,04%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	7,72%	4,26%	4,73%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,69%	0,26%	0,20%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		12,37%	13,07%	12,16%	
	Fornecimentos e serviços externos		21,25%	21,05%	21,27%	
	Gastos com o pessoal		52,50%	55,25%	54,15%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,63%	5,98%	5,97%	
	Perdas por imparidades		0,66%	0,00%	0,14%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,36%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		6,58%	4,29%	6,00%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,65%	0,35%	0,30%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,01%	0,00%	0,00%	

Distrito		Évora				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		17	17	16		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	57,23%	56,72%	57,24%	
		Vendas	7,46%	7,71%	8,48%	
		Prestações de serviços	Total	49,77%	49,01%	48,75%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	19,36%	18,75%	19,10%
			Quotizações e joias dos associados	0,19%	0,45%	0,16%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		30,22%	29,81%	29,49%	
	Variação nos inventários de produção		0,07%	-0,59%	0,06%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,07%	0,04%	0,01%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	35,98%	34,63%	36,39%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	34,79%	33,59%	33,32%
Segurança Social			32,14%	30,89%	30,89%	
Autarquias			0,10%	0,14%	0,20%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			2,47%	2,56%	2,21%	
Subsídios de entidades privadas		0,10%	0,07%	0,16%		
Doações e heranças		1,10%	0,96%	2,93%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,17%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,11%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	6,53%	8,88%	5,95%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,80%	0,60%	0,64%		
	Donativos	0,47%	0,43%	0,51%		
	Consignações e restituições de impostos	0,18%	0,12%	0,16%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	5,08%	7,73%	4,64%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,11%	0,22%	0,18%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		10,34%	10,33%	10,27%	
	Fornecimentos e serviços externos		41,36%	42,05%	42,05%	
	Gastos com o pessoal		44,35%	43,83%	44,04%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		2,88%	2,69%	2,66%	
	Perdas por imparidades		0,01%	0,14%	0,04%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,01%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,21%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		0,75%	0,90%	0,85%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,09%	0,05%	0,08%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,01%	

Distrito		Faro				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		18	18	17		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	28,57%	29,18%	29,33%	
		Vendas	0,04%	0,18%	0,22%	
		Prestações de serviços	Total	28,53%	29,00%	29,11%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	25,69%	27,07%	27,33%
			Quotizações e joias dos associados	0,50%	0,21%	0,23%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,89%	1,34%	1,55%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,37%	0,14%	0,01%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	64,18%	62,12%	63,50%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	61,98%	60,08%	60,50%
Segurança Social			53,06%	51,78%	52,77%	
Autarquias			1,60%	1,92%	1,73%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			7,39%	6,39%	6,02%	
Subsídios de entidades privadas		0,34%	0,54%	1,03%		
Doações e heranças		1,86%	1,49%	1,95%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,14%	0,01%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	6,81%	8,37%	7,11%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,46%	1,68%	1,44%		
	Donativos	0,21%	0,20%	0,01%		
	Consignações e restituições de impostos	0,03%	0,05%	0,05%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	5,11%	6,44%	5,61%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,06%	0,05%	0,04%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		9,80%	9,56%	9,53%	
	Fornecimentos e serviços externos		18,36%	17,75%	17,66%	
	Gastos com o pessoal		62,61%	64,30%	64,12%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,45%	5,33%	5,06%	
	Perdas por imparidades		0,38%	0,11%	0,20%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,01%	0,00%	0,06%	
	Outros gastos		2,76%	2,41%	2,81%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,59%	0,51%	0,51%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,04%	0,04%	0,06%	

Distrito		Guarda				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		31	33	31		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	41,85%	41,31%	41,00%	
		Vendas	4,06%	3,69%	3,48%	
		Prestações de serviços	Total	37,76%	37,62%	37,52%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	36,94%	36,11%	35,96%
			Quotizações e joias dos associados	0,22%	0,19%	0,18%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,60%	1,31%	1,43%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	1,01%	1,05%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,09%	0,09%	0,04%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	52,22%	52,10%	52,79%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	51,27%	44,72%	50,14%
Segurança Social			34,37%	33,03%	33,17%	
Autarquias			0,19%	0,37%	0,46%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			16,94%	11,32%	17,13%	
Subsídios de entidades privadas		0,65%	0,80%	0,55%		
Doações e heranças		0,06%	0,20%	1,28%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,01%	0,02%	0,05%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,20%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	5,39%	5,15%	4,87%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,02%	0,87%	1,12%		
	Donativos	0,51%	0,47%	0,48%		
	Consignações e restituições de impostos	0,08%	0,15%	0,18%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,77%	3,66%	3,08%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,44%	0,12%	0,21%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		14,46%	14,28%	13,37%	
	Fornecimentos e serviços externos		18,43%	19,16%	20,09%	
	Gastos com o pessoal		57,87%	57,69%	58,05%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		6,85%	7,64%	7,34%	
	Perdas por imparidades		0,19%	0,23%	0,07%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,74%	0,00%	0,04%	
	Aumento das provisões		0,02%	0,03%	0,00%	
	Outros gastos		0,89%	0,56%	0,67%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,55%	0,41%	0,35%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,01%	0,01%	0,00%	

Distrito		Leiria			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		23	23	22	
Vendas e prestações de serviços	Total	43,99%	43,88%	45,17%	
	Vendas	0,18%	0,27%	0,34%	
	Prestações de serviços	Total	43,81%	43,61%	44,83%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	41,03%	41,13%	41,60%
		Quotizações e joias dos associados	0,34%	0,39%	0,27%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		2,45%	2,10%	2,96%	
Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
Trabalhos para a própria entidade		0,96%	0,84%	0,58%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	45,81%	47,02%	46,70%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	45,14%	46,23%	44,56%
		Segurança Social	41,66%	41,62%	41,65%
		Autarquias	0,73%	0,93%	0,80%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	2,76%	3,63%	3,44%
	Subsídios de entidades privadas	0,21%	0,03%	0,30%	
	Doações e heranças	0,45%	0,80%	0,51%	
Legados	0,00%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,01%	0,02%	0,07%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,01%	0,00%	
Outros rendimentos	Total	9,13%	8,18%	7,45%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,32%	1,19%	1,18%	
	Donativos	0,70%	0,73%	0,69%	
	Consignações e restituições de impostos	0,21%	0,17%	0,12%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	7,90%	6,09%	5,47%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,09%	0,05%	0,02%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		12,27%	11,49%	11,27%
	Fornecimentos e serviços externos		17,67%	18,08%	18,23%
	Gastos com o pessoal		62,47%	63,30%	63,34%
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,04%	4,76%	4,73%
	Perdas por imparidades		0,19%	0,03%	0,04%
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%
	Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,00%
	Outros gastos		1,77%	1,91%	2,06%
	Juros e rendimentos similares suportados		0,56%	0,41%	0,31%
	Imposto sobre o rendimento do período		0,02%	0,03%	0,02%

Distrito		Lisboa			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		101	101	97	
Vendas e prestações de serviços	Total	47,84%	48,53%	48,92%	
	Vendas	1,53%	1,70%	6,09%	
	Prestações de serviços	Total	46,31%	46,84%	42,83%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	36,24%	37,40%	36,66%
		Quotizações e joias dos associados	0,99%	1,03%	0,73%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		9,08%	8,40%	5,39%	
Variação nos inventários de produção		0,00%	-0,01%	-2,25%	
Trabalhos para a própria entidade		0,04%	0,04%	0,03%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	38,28%	37,57%	35,79%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	32,29%	31,77%	30,10%
		Segurança Social	26,83%	26,71%	25,56%
		Autarquias	0,97%	1,15%	1,06%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	4,49%	3,99%	3,49%
	Subsídios de entidades privadas	0,32%	0,42%	0,75%	
	Doações e heranças	5,58%	4,96%	4,80%	
Legados	0,05%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,24%	0,15%	0,66%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,71%	0,01%	
Outros rendimentos	Total	12,69%	12,27%	16,12%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,85%	0,90%	1,02%	
	Donativos	1,35%	1,45%	1,69%	
	Consignações e restituições de impostos	1,13%	1,13%	0,99%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	9,37%	8,79%	12,41%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,91%	0,74%	0,71%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		7,94%	7,97%	8,40%
	Fornecimentos e serviços externos		22,27%	21,97%	21,48%
	Gastos com o pessoal		54,53%	55,10%	55,18%
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		4,70%	4,69%	4,32%
	Perdas por imparidades		0,86%	0,45%	0,12%
	Perdas por reduções de justo valor		1,15%	0,01%	2,58%
	Aumento das provisões		0,93%	2,30%	0,61%
	Outros gastos		7,20%	7,06%	6,92%
	Juros e rendimentos similares suportados		0,43%	0,39%	0,37%
	Imposto sobre o rendimento do período		0,01%	0,07%	0,02%

Distrito		Portalegre			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		13	13	13	
Vendas e prestações de serviços	Total	36,63%	36,98%	37,40%	
	Vendas	0,17%	0,11%	0,12%	
	Prestações de serviços	Total	36,47%	36,87%	37,28%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	34,74%	33,37%	34,94%
		Quotizações e joias dos associados	0,26%	0,50%	0,28%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,46%	3,00%	2,06%	
Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
Trabalhos para a própria entidade		0,82%	0,88%	0,85%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	52,47%	55,16%	54,86%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	46,26%	49,62%	50,51%
		Segurança Social	38,31%	39,95%	38,89%
		Autarquias	0,21%	0,97%	0,56%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	7,74%	8,70%	10,18%
	Subsídios de entidades privadas	0,75%	4,82%	4,10%	
	Doações e heranças	5,46%	0,66%	1,12%	
	Legados	0,00%	0,00%	0,00%	
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,03%	0,05%	0,03%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
Outros rendimentos	Total	9,89%	6,80%	6,76%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,42%	1,07%	1,57%	
	Donativos	0,16%	0,05%	0,24%	
	Consignações e restituições de impostos	0,10%	0,15%	0,36%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	8,20%	5,52%	4,59%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,16%	0,13%	0,09%	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		10,40%	9,25%	9,45%	
Fornecimentos e serviços externos		19,87%	20,81%	20,42%	
Gastos com o pessoal		58,36%	60,06%	60,35%	
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		7,71%	7,14%	6,77%	
Perdas por imparidades		0,00%	0,00%	0,03%	
Perdas por reduções de justo valor		0,06%	0,00%	0,00%	
Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,00%	
Outros gastos		3,61%	2,75%	3,00%	
Juros e rendimentos similares suportados		0,36%	0,35%	0,33%	
Imposto sobre o rendimento do período		-0,37%	-0,37%	-0,36%	

Distrito		Porto			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		63	62	62	
Vendas e prestações de serviços	Total	37,54%	38,11%	38,76%	
	Vendas	1,97%	1,99%	2,18%	
	Prestações de serviços	Total	35,57%	36,12%	36,57%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	29,33%	28,91%	32,36%
		Quotizações e joias dos associados	4,46%	4,25%	0,82%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,78%	2,99%	3,39%	
Variação nos inventários de produção		-0,00%	0,00%	-0,01%	
Trabalhos para a própria entidade		0,21%	0,12%	0,14%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	53,15%	52,57%	52,49%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	50,26%	50,12%	49,35%
		Segurança Social	46,99%	46,41%	45,43%
		Autarquias	0,92%	1,13%	1,07%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	2,35%	2,69%	3,01%
	Subsídios de entidades privadas	0,26%	0,64%	0,74%	
	Doações e heranças	2,63%	1,71%	2,25%	
	Legados	0,00%	0,00%	0,00%	
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,01%	0,00%	0,08%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,02%	0,00%	
Outros rendimentos	Total	8,72%	8,95%	8,38%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,78%	1,27%	1,18%	
	Donativos	1,07%	4,68%	0,37%	
	Consignações e restituições de impostos	0,08%	0,28%	0,35%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	6,79%	2,72%	6,48%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,36%	0,22%	0,17%	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		8,25%	7,87%	7,74%	
Fornecimentos e serviços externos		22,15%	22,41%	22,53%	
Gastos com o pessoal		61,22%	62,05%	61,85%	
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		4,13%	4,23%	4,34%	
Perdas por imparidades		0,70%	0,10%	0,03%	
Perdas por reduções de justo valor		0,02%	0,02%	0,00%	
Aumento das provisões		0,26%	0,08%	0,28%	
Outros gastos		3,02%	3,07%	3,06%	
Juros e rendimentos similares suportados		0,24%	0,18%	0,17%	
Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Santarém				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		28	28	27		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	37,45%	38,01%	38,45%	
		Vendas	0,21%	0,16%	0,36%	
		Prestações de serviços	Total	37,24%	37,85%	38,09%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	34,63%	35,23%	35,73%
			Quotizações e joias dos associados	0,63%	0,56%	0,27%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,98%	2,09%	2,10%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,22%	0,23%	0,24%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	55,54%	54,87%	54,44%
			Total	54,37%	54,12%	57,78%
Segurança Social			46,13%	46,02%	44,58%	
Autarquias			1,36%	1,37%	1,19%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			6,88%	6,73%	7,97%	
Subsídios de entidades privadas		0,13%	0,02%	0,11%		
Doações e heranças		1,04%	0,70%	0,60%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,01%	0,07%	0,01%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	6,67%	6,67%	6,75%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	3,06%	1,96%	2,43%		
	Donativos	0,54%	0,78%	0,81%		
	Consignações e restituições de impostos	0,03%	0,09%	0,14%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,04%	3,85%	3,37%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,11%	0,15%	0,11%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		11,40%	11,24%	10,87%	
	Fornecimentos e serviços externos		17,86%	17,31%	17,43%	
	Gastos com o pessoal		62,81%	63,99%	64,14%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,66%	5,40%	5,61%	
	Perdas por imparidades		0,17%	0,19%	0,09%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		1,87%	1,30%	1,69%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,22%	0,57%	0,17%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Setúbal				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		25	25	18		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	42,20%	42,60%	43,33%	
		Vendas	4,58%	3,97%	4,46%	
		Prestações de serviços	Total	37,61%	38,63%	38,87%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	26,40%	35,28%	36,16%
			Quotizações e joias dos associados	0,67%	0,72%	0,63%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		10,54%	2,64%	2,06%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,15%	0,17%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	51,62%	51,99%	51,55%
			Total	50,71%	51,10%	49,24%
Segurança Social			40,96%	40,14%	40,21%	
Autarquias			0,52%	0,82%	0,98%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			9,22%	10,15%	8,63%	
Subsídios de entidades privadas		0,10%	0,16%	1,14%		
Doações e heranças		0,81%	0,52%	0,60%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,04%	0,29%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,01%	0,00%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	5,89%	4,88%	5,09%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,82%	1,02%	0,80%		
	Donativos	0,68%	1,13%	0,67%		
	Consignações e restituições de impostos	0,24%	0,22%	0,24%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	4,16%	2,51%	3,38%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,11%	0,07%	0,02%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		8,71%	7,71%	7,34%	
	Fornecimentos e serviços externos		22,87%	22,67%	22,28%	
	Gastos com o pessoal		59,27%	60,89%	61,14%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		4,80%	4,76%	4,81%	
	Perdas por imparidades		0,02%	0,03%	0,07%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,01%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,01%	0,05%	0,01%	
	Outros gastos		2,53%	2,50%	2,38%	
	Juros e rendimentos similares suportados		1,79%	1,38%	1,98%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Viana do Castelo			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		15	14	14	
Vendas e prestações de serviços	Total	34,50%	42,17%	41,40%	
	Vendas	0,33%	0,03%	0,03%	
	Prestações de serviços	Total	34,18%	42,14%	41,37%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	28,64%	37,75%	38,27%
		Quotizações e joias dos associados	0,12%	0,12%	0,11%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		5,42%	4,26%	2,92%	
Variação nos inventários de produção		-0,03%	0,00%	0,00%	
Trabalhos para a própria entidade		0,90%	0,80%	0,60%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	58,67%	48,39%	48,73%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	58,02%	45,95%	45,96%
		Segurança Social	47,35%	45,39%	43,42%
		Autarquias	1,40%	1,11%	1,13%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	9,26%	1,28%	1,41%
	Subsídios de entidades privadas	0,09%	0,09%	1,34%	
	Doações e heranças	0,56%	0,31%	1,43%	
Legados	0,00%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,00%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
Outros rendimentos	Total	5,60%	8,41%	9,08%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,15%	1,81%	1,22%	
	Donativos	0,53%	1,35%	0,59%	
	Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,00%	0,08%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,92%	5,25%	7,19%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,36%	0,22%	0,19%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		7,57%	8,21%	7,46%
	Fornecimentos e serviços externos		17,88%	19,67%	18,52%
	Gastos com o pessoal		62,85%	65,74%	64,88%
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		4,84%	5,82%	5,30%
	Perdas por imparidades		0,00%	0,00%	0,00%
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%
	Aumento das provisões		0,22%	0,00%	0,00%
	Outros gastos		6,23%	0,54%	3,81%
	Juros e rendimentos similares suportados		0,41%	0,01%	0,01%
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,01%

Distrito		Viseu			
Ano		2016	2017	2018	
N.º de IPSS		27	27	23	
Vendas e prestações de serviços	Total	35,17%	35,94%	31,05%	
	Vendas	0,22%	0,20%	0,22%	
	Prestações de serviços	Total	34,95%	35,74%	30,84%
		Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	32,81%	33,95%	28,95%
		Quotizações e joias dos associados	0,16%	0,16%	0,14%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,97%	1,56%	1,75%	
Variação nos inventários de produção		0,00%	0,09%	0,00%	
Trabalhos para a própria entidade		0,01%	0,01%	0,02%	
Subsídios, doações e legados à exploração	Total	58,97%	58,71%	63,78%	
	Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	57,32%	57,33%	62,55%
		Segurança Social	39,56%	39,33%	41,34%
		Autarquias	0,55%	0,73%	0,50%
		Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	17,22%	17,27%	20,70%
	Subsídios de entidades privadas	0,02%	0,33%	0,18%	
	Doações e heranças	1,61%	0,92%	1,04%	
Legados	0,01%	0,00%	0,00%		
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,00%	
Ganhos por aumentos de justo valor		0,22%	0,01%	0,00%	
Outros rendimentos	Total	5,48%	5,10%	4,96%	
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,84%	1,88%	1,50%	
	Donativos	0,57%	0,07%	0,32%	
	Consignações e restituições de impostos	0,06%	0,05%	0,38%	
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,01%	3,09%	2,77%	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,16%	0,13%	0,18%	
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		7,82%	7,35%	6,74%
	Fornecimentos e serviços externos		20,84%	20,10%	21,06%
	Gastos com o pessoal		60,39%	62,35%	61,10%
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		6,81%	6,52%	6,24%
	Perdas por imparidades		0,04%	0,04%	0,01%
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,01%	0,01%
	Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,11%
	Outros gastos		3,50%	3,20%	4,40%
	Juros e rendimentos similares suportados		0,61%	0,42%	0,32%
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,01%

Distrito		Vila Real				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		15	13	13		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	23,68%	18,82%	20,51%	
		Vendas	0,04%	0,10%	0,09%	
		Prestações de serviços	Total	23,64%	18,72%	20,42%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	21,55%	17,88%	19,79%
			Quotizações e joias dos associados	0,33%	0,31%	0,32%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		1,77%	0,53%	0,31%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	0,00%	0,00%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	70,81%	73,32%	72,41%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	69,67%	72,09%	71,60%
Segurança Social			51,00%	48,15%	46,92%	
Autarquias			0,95%	1,23%	1,08%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			17,72%	23,12%	23,88%	
Subsídios de entidades privadas		0,50%	0,33%	0,13%		
Doações e heranças		0,64%	0,49%	0,40%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,07%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	5,46%	7,77%	7,06%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,43%	1,74%	1,67%		
	Donativos	0,76%	2,32%	0,48%		
	Consignações e restituições de impostos	0,02%	0,07%	0,09%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	3,25%	3,64%	4,82%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,06%	0,01%	0,03%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		10,46%	8,64%	7,66%	
	Fornecimentos e serviços externos		15,44%	15,17%	14,59%	
	Gastos com o pessoal		59,35%	59,76%	60,69%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		6,01%	5,70%	5,31%	
	Perdas por imparidades		0,00%	0,00%	0,00%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,06%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		8,22%	10,34%	11,39%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,45%	0,39%	0,36%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Açores				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		20	26	22		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	27,85%	27,25%	28,16%	
		Vendas	16,14%	12,91%	13,12%	
		Prestações de serviços	Total	11,71%	14,35%	15,04%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	10,69%	12,70%	12,10%
			Quotizações e joias dos associados	0,10%	0,19%	0,21%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,92%	1,45%	2,73%	
	Variação nos inventários de produção		0,04%	0,02%	0,02%	
	Trabalhos para a própria entidade		1,12%	0,00%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	60,97%	63,29%	59,65%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	59,97%	62,69%	57,46%
Segurança Social			53,23%	52,72%	49,19%	
Autarquias			0,95%	1,53%	0,68%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			5,79%	8,22%	8,71%	
Subsídios de entidades privadas		0,69%	0,32%	0,32%		
Doações e heranças		0,31%	0,51%	0,74%		
Legados	0,00%	0,00%	0,00%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,00%	0,00%	0,00%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,00%	0,01%	0,00%		
Outros rendimentos	Total	9,79%	9,34%	12,12%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	2,07%	2,82%	2,35%		
	Donativos	0,39%	0,31%	0,29%		
	Consignações e restituições de impostos	0,04%	0,06%	0,09%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	7,30%	6,14%	9,39%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,23%	0,08%	0,05%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		16,35%	13,73%	13,72%	
	Fornecimentos e serviços externos		14,82%	16,54%	17,83%	
	Gastos com o pessoal		61,95%	61,77%	61,13%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,04%	5,40%	5,27%	
	Perdas por imparidades		0,00%	0,66%	0,08%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,01%	0,00%	0,00%	
	Aumento das provisões		0,00%	0,00%	0,00%	
	Outros gastos		1,19%	1,45%	1,43%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,64%	0,46%	0,54%	
	Imposto sobre o rendimento do período		0,00%	0,00%	0,00%	

Distrito		Madeira				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		6	5	6		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	41,62%	40,47%	39,39%	
		Vendas	0,44%	0,44%	0,00%	
		Prestações de serviços	Total	41,18%	40,03%	39,39%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	31,26%	30,84%	29,83%
			Quotizações e joias dos associados	0,25%	0,12%	0,12%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		9,67%	9,07%	9,44%	
	Variação nos inventários de produção	0,00%	0,00%	0,00%		
	Trabalhos para a própria entidade	0,00%	0,00%	0,00%		
	Subsídios, doações e legados à exploração	Total	48,28%	49,66%	50,89%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	44,71%	45,26%	49,92%
			Segurança Social	43,38%	43,73%	47,83%
			Autarquias	0,96%	0,47%	0,70%
			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	0,37%	1,07%	1,39%
		Subsídios de entidades privadas	0,26%	0,06%	0,05%	
		Doações e heranças	3,31%	4,34%	0,92%	
		Legados	0,00%	0,00%	0,00%	
	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações	0,00%	0,14%	0,02%		
	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00%	0,00%	1,49%		
	Outros rendimentos	Total	9,92%	9,68%	8,16%	
Imputação de subsídios e doações para investimento		5,31%	5,43%	2,56%		
Donativos		2,95%	2,77%	0,68%		
Consignações e restituições de impostos		0,04%	0,05%	0,03%		
Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)		1,62%	1,43%	4,88%		
Juros e rendimentos similares obtidos	0,18%	0,05%	0,05%			
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	7,26%	7,18%	6,41%		
	Fornecimentos e serviços externos	25,98%	23,76%	23,41%		
	Gastos com o pessoal	57,51%	59,08%	59,46%		
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	6,88%	7,45%	7,28%		
	Perdas por imparidades	0,45%	0,00%	0,00%		
	Perdas por reduções de justo valor	0,00%	0,00%	0,00%		
	Aumento das provisões	0,00%	0,49%	0,00%		
	Outros gastos	1,64%	1,82%	3,25%		
	Juros e rendimentos similares suportados	0,29%	0,21%	0,19%		
	Imposto sobre o rendimento do período	0,00%	0,00%	0,00%		

6.2 ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS E DOS GASTOS DAS IPSS DESTE ESTUDO, POR FORMAS JURÍDICAS, EM 2016, 2017 E 2018

Forma Jurídica		Associação				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		333	331	312		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	38,82%	39,70%	39,39%	
		Vendas	1,01%	1,08%	1,30%	
		Prestações de serviços	Total	37,81%	38,62%	38,09%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	32,07%	38,57%	38,06%
			Quotizações e joias dos associados	0,83%	34,09%	35,39%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		4,88%	0,88%	0,66%	
	Variação nos inventários de produção		0,00%	3,60%	2,01%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,02%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,27%	0,04%	0,04%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	49,01%	0,18%	0,14%
Segurança Social			41,11%	51,71%	50,98%	
Autarquias			0,92%	0,00%	0,00%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			6,99%	51,56%	51,11%	
Subsídios de entidades privadas		0,29%	48,53%	47,86%		
Doações e heranças		3,07%	48,64%	47,69%		
Legados	0,02%	41,13%	40,33%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,07%	1,28%	1,07%		
Ganhos por aumentos de justo valor		0,02%	6,24%	6,33%		
Outros rendimentos	Total	8,16%	0,00%	0,03%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	1,23%	0,62%	0,66%		
	Donativos	1,08%	2,30%	2,50%		
	Consignações e restituições de impostos	0,40%	0,11%	0,09%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	5,46%	-3,03%	-3,22%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,24%	0,00%	0,00%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		8,69%	1,41%	2,14%	
	Fornecimentos e serviços externos		20,69%	2,16%	1,25%	
	Gastos com o pessoal		61,70%	0,10%	2,18%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		5,35%	0,02%	0,03%	
	Perdas por imparidades		0,42%	10,00%	0,96%	
	Perdas por reduções de justo valor		0,00%	8,06%	9,11%	
	Aumento das provisões		0,09%	0,18%	0,14%	
	Outros gastos		2,44%	2,01%	2,25%	
	Juros e rendimentos similares suportados		0,62%	8,62%	8,78%	
	Imposto sobre o rendimento do período		-0,01%	20,47%	20,05%	

Forma Jurídica		Centro Social Paroquial				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		0	101	90		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	41,78%	41,95%	41,02%	
		Vendas	0,12%	0,11%	0,06%	
		Prestações de serviços	Total	41,66%	41,84%	40,96%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	41,66%	41,84%	40,82%
			Quotizações e joias dos associados	40,13%	40,08%	39,25%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,02%	0,11%	0,02%	
	Variação nos inventários de produção		1,51%	1,67%	1,55%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	-0,01%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,00%	0,04%	0,00%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança Social			52,95%	52,51%	43,90%	
Autarquias			0,00%	0,00%	0,00%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			52,94%	51,43%	43,90%	
Subsídios de entidades privadas		51,26%	49,97%	41,20%		
Doações e heranças		51,26%	50,97%	41,20%		
Legados	47,79%	47,08%	37,82%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,84%	0,82%	0,50%		
Ganhos por aumentos de justo valor		2,63%	3,07%	2,88%		
Outros rendimentos	Total	0,02%	0,00%	0,02%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,28%	0,24%	0,72%		
	Donativos	1,30%	1,10%	1,98%		
	Consignações e restituições de impostos	0,11%	0,13%	0,00%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	-1,67%	-1,47%	-2,68%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00%	0,00%	0,00%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		1,10%	1,82%	1,38%	
	Fornecimentos e serviços externos		0,70%	0,76%	0,66%	
	Gastos com o pessoal		0,04%	0,03%	0,03%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,00%	0,00%	
	Perdas por imparidades		0,62%	0,71%	0,46%	
	Perdas por reduções de justo valor		4,92%	5,26%	13,02%	
	Aumento das provisões		0,23%	0,15%	1,33%	
	Outros gastos		1,38%	1,28%	12,29%	
	Juros e rendimentos similares suportados		10,00%	9,73%	7,87%	
	Imposto sobre o rendimento do período		19,34%	18,04%	15,58%	

Forma Jurídica		Associação Mutualista				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		8	8	8		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	70,62%	71,26%	75,61%	
		Vendas	4,63%	4,57%	6,61%	
		Prestações de serviços	Total	65,99%	66,69%	69,00%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	65,99%	66,72%	68,99%
			Quotizações e joias dos associados	38,10%	38,55%	37,66%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		10,04%	9,20%	2,29%	
	Variação nos inventários de produção		17,85%	18,97%	29,04%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,00%	0,00%	0,00%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança Social			9,10%	10,10%	19,80%	
Autarquias			0,00%	0,00%	0,00%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			9,10%	10,10%	19,80%	
Subsídios de entidades privadas		9,04%	9,33%	18,77%		
Doações e heranças		9,04%	9,33%	18,77%		
Legados	7,10%	6,45%	15,06%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,82%	0,68%	1,96%		
Ganhos por aumentos de justo valor		1,12%	2,19%	1,75%		
Outros rendimentos	Total	0,01%	0,00%	0,00%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,07%	0,06%	1,03%		
	Donativos	0,00%	0,00%	0,01%		
	Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,71%	0,00%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	-0,06%	-0,77%	-1,03%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,24%	0,23%	0,00%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		0,13%	0,04%	0,31%	
	Fornecimentos e serviços externos		0,16%	0,06%	0,09%	
	Gastos com o pessoal		0,27%	0,00%	0,00%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,00%	0,00%	
	Perdas por imparidades		0,56%	0,42%	0,43%	
	Perdas por reduções de justo valor		16,47%	12,48%	4,50%	
	Aumento das provisões		3,54%	2,56%	0,07%	
	Outros gastos		32,77%	30,83%	7,40%	
	Juros e rendimentos similares suportados		5,82%	5,92%	9,09%	
	Imposto sobre o rendimento do período		20,32%	21,40%	33,95%	

Forma Jurídica		Fundação				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		25	25	24		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	43,20%	44,47%	56,78%	
		Vendas	1,24%	1,20%	15,59%	
		Prestações de serviços	Total	41,95%	43,27%	41,19%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	41,95%	43,27%	41,19%
			Quotizações e joias dos associados	24,57%	32,18%	24,36%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,00%	0,09%	0,03%	
	Variação nos inventários de produção		17,38%	11,00%	16,81%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,04%	0,01%	-7,97%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,31%	0,32%	0,32%
Segurança Social			41,81%	43,17%	39,55%	
Autarquias			0,00%	0,00%	0,00%	
Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos			41,81%	43,07%	39,45%	
Subsídios de entidades privadas		37,36%	40,03%	33,93%		
Doações e heranças		37,32%	40,13%	34,03%		
Legados	31,09%	32,50%	29,03%			
Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		1,19%	1,15%	0,88%		
Ganhos por aumentos de justo valor		5,03%	6,48%	4,11%		
Outros rendimentos	Total	0,00%	0,00%	0,00%		
	Imputação de subsídios e doações para investimento	0,15%	0,12%	0,24%		
	Donativos	4,30%	2,92%	5,28%		
	Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,00%	0,00%		
	Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	-4,45%	-3,04%	-5,52%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00%	0,00%	0,00%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		0,94%	0,98%	1,50%	
	Fornecimentos e serviços externos		0,52%	0,29%	0,28%	
	Gastos com o pessoal		0,05%	0,01%	0,00%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,00%	0,00%	
	Perdas por imparidades		2,83%	2,03%	5,53%	
	Perdas por reduções de justo valor		13,60%	10,82%	10,91%	
	Aumento das provisões		0,88%	0,54%	0,38%	
	Outros gastos		5,50%	4,43%	5,23%	
	Juros e rendimentos similares suportados		11,76%	11,91%	10,90%	
	Imposto sobre o rendimento do período		21,63%	22,10%	22,86%	

Forma Jurídica		Instituto de Organização Religiosa					
Ano		2016	2017	2018			
N.º de IPSS		22	22	21			
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	20,51%	20,40%	21,22%		
		Vendas	Total	0,28%	0,29%	0,07%	
			Prestações de serviços	Total	20,23%	20,11%	21,15%
				Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	20,23%	20,11%	21,15%
				Quotizações e joias dos associados	20,13%	19,89%	20,93%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	0,00%	0,00%	0,00%				
Variação nos inventários de produção		0,11%	0,22%	0,22%			
Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%			
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,00%	0,00%	0,00%		
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,00%	0,99%	0,01%	
			Segurança Social	70,39%	69,46%	71,06%	
			Autarquias	0,00%	0,00%	0,00%	
			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	70,39%	69,44%	71,05%	
		Subsídios de entidades privadas	61,95%	62,00%	61,31%		
		Doações e heranças	61,95%	62,01%	61,32%		
		Legados	54,32%	53,44%	52,67%		
		Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		0,33%	0,64%	0,60%	
		Ganhos por aumentos de justo valor		7,30%	7,93%	8,06%	
Estrutura dos rendimentos (% do total dos gastos)	Outros rendimentos	Total	0,00%	0,00%	0,03%		
		Imputação de subsídios e doações para investimento	1,24%	0,92%	1,32%		
		Donativos	7,21%	6,52%	8,42%		
		Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,00%	0,00%		
		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	-8,45%	-7,45%	-9,71%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00%	0,18%	0,00%			
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		1,01%	1,03%	0,90%		
	Fornecimentos e serviços externos		2,54%	1,72%	1,35%		
	Gastos com o pessoal		0,22%	0,17%	0,29%		
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,00%	0,00%		
	Perdas por imparidades		0,49%	0,59%	0,54%		
	Perdas por reduções de justo valor		6,57%	8,65%	7,33%		
	Aumento das provisões		0,30%	0,30%	0,35%		
	Outros gastos		2,61%	2,74%	2,63%		
	Juros e rendimentos similares suportados		10,98%	10,37%	10,36%		
	Imposto sobre o rendimento do período		16,65%	16,46%	16,76%		

Forma Jurídica		Casa do Povo					
Ano		2016	2017	2018			
N.º de IPSS		11	12	13			
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	50,82%	48,99%	49,53%		
		Vendas	Total	21,53%	20,22%	21,78%	
			Prestações de serviços	Total	29,29%	28,77%	27,75%
				Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	29,29%	28,77%	27,75%
				Quotizações e joias dos associados	25,81%	24,68%	23,82%
Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos	0,16%	0,25%	0,27%				
Variação nos inventários de produção		3,31%	3,83%	3,66%			
Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%			
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,00%	0,00%	0,00%		
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,14%	0,14%	0,00%	
			Segurança Social	44,61%	44,38%	43,12%	
			Autarquias	0,00%	-0,04%	0,00%	
			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	44,61%	44,37%	43,02%	
		Subsídios de entidades privadas	44,01%	43,52%	42,36%		
		Doações e heranças	44,01%	43,57%	42,47%		
		Legados	36,12%	36,41%	35,41%		
		Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		4,20%	3,69%	4,63%	
		Ganhos por aumentos de justo valor		3,70%	3,47%	2,43%	
Estrutura dos rendimentos (% do total dos gastos)	Outros rendimentos	Total	0,00%	0,00%	0,00%		
		Imputação de subsídios e doações para investimento	0,37%	0,32%	0,40%		
		Donativos	0,23%	0,53%	0,26%		
		Consignações e restituições de impostos	0,00%	0,00%	0,00%		
		Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)	-0,60%	-0,84%	-0,66%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00%	0,00%	0,00%			
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		1,15%	2,38%	0,27%		
	Fornecimentos e serviços externos		0,12%	0,20%	0,23%		
	Gastos com o pessoal		0,02%	0,11%	0,05%		
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,00%	0,00%		
	Perdas por imparidades		1,30%	1,62%	1,54%		
	Perdas por reduções de justo valor		4,42%	6,43%	7,34%		
	Aumento das provisões		0,01%	0,04%	0,01%		
	Outros gastos		0,77%	1,05%	0,81%		
	Juros e rendimentos similares suportados		21,62%	21,62%	23,03%		
	Imposto sobre o rendimento do período		19,47%	18,66%	18,95%		

Forma Jurídica		Cooperativa				
Ano		2016	2017	2018		
N.º de IPSS		16	16	16		
Estrutura dos rendimentos (% do total dos rendimentos)	Vendas e prestações de serviços	Total	21,10%	21,05%	20,91%	
		Vendas	1,56%	1,45%	1,38%	
		Prestações de serviços	Total	19,54%	19,59%	19,54%
			Mensalidades, inscrições, participações e quotas dos utilizadores	19,54%	19,61%	19,54%
			Quotizações e joias dos associados	15,86%	15,96%	14,53%
	Serviços secundários, promoções para a captação de recursos, rendimentos de patrocinadores, IVA de serviços com imposto incluído e descontos e abatimentos		0,09%	0,38%	0,18%	
	Variação nos inventários de produção		3,59%	3,27%	4,82%	
	Trabalhos para a própria entidade		0,00%	0,00%	0,00%	
	Subsídios, doações e legados a exploração	Total	0,01%	-0,05%	0,01%	
		Subsídios do Estado e de outras entidades públicas	Total	0,31%	0,26%	0,23%
			Segurança Social	70,08%	72,20%	72,54%
			Autarquias	0,00%	0,00%	0,00%
			Outras entidades da Administração Central e Institutos Públicos	70,08%	72,20%	70,22%
		Subsídios de entidades privadas	69,04%	70,69%	68,87%	
		Doações e heranças	69,04%	70,69%	71,19%	
	Legados	41,09%	41,84%	43,67%		
	Reversões de imparidades de dívidas, de depreciações e amortizações		1,12%	1,46%	2,33%	
	Ganhos por aumentos de justo valor		26,83%	27,38%	25,20%	
	Outros rendimentos	Total	0,00%	0,00%	0,00%	
Imputação de subsídios e doações para investimento		0,18%	0,35%	0,55%		
Donativos		0,85%	1,15%	0,80%		
Consignações e restituições de impostos		0,01%	0,01%	0,00%		
Outros rendimentos (rendimentos da propriedade, etc.)		-1,04%	-1,51%	-1,35%		
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00%	0,00%	0,00%		
Estrutura dos gastos (% do total dos gastos)	Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas		1,97%	2,54%	2,32%	
	Fornecimentos e serviços externos		1,24%	0,74%	1,00%	
	Gastos com o pessoal		0,10%	0,20%	0,23%	
	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		0,00%	0,01%	0,00%	
	Perdas por imparidades		1,27%	1,20%	1,04%	
	Perdas por reduções de justo valor		8,39%	6,49%	6,27%	
	Aumento das provisões		0,11%	0,06%	0,04%	
	Outros gastos		5,97%	6,58%	5,72%	
	Juros e rendimentos similares suportados		3,66%	3,14%	2,70%	
	Imposto sobre o rendimento do período		20,17%	20,07%	19,37%	



FINANCIADO POR:



ESTUDO ELABORADO PARA A CNIS CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE AMÉRICANO M. S. CARVALHO MENDES RENATO E. MELO OLIVEIRA

FINANCIADO POR:

